

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 12 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO 7.541

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Luiz Fernando Vampiro

PARTIDO SOCIAL LIBERAL

Líder: Sargento Lima

PARTIDO LIBERAL

Líder: Maurício Eskudlark

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PSD

PDT

Kennedy Nunes

Paulinha

PSDB

PSC

Vicente Caropreso

Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PP

PSB

João Amin

Nazareno Martins

PRB

PV

Sergio Motta

Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ricardo Alba

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

Luiz Fernando Vampiro

Romildo Titon

Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ana Campagnolo

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 101ª Sessão Ordinária realizada em 31/10/2019..... 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 3 Atos da Mesa Consleg 3</p> <p>Publicações Diversas CPI..... 4 Portarias..... 19</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2019 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Mauro de Nadal - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Paulinha - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Em nome da Bancada PSL, manifesta repúdio à tentativa de associar a morte de Marielle Franco ao presidente Bolsonaro.

Diz que o presidente é um estadista que vem se destacando em várias oportunidades por encampar uma verdadeira cruzada contra a desgraça, a pobreza, a corrupção e contra o retrocesso da Nação.

Declara que o povo catarinense, o parlamentar e os demais, que tanto fizeram para que o país chegasse num momento em

que pudesse se orgulhar do seu presidente, esperam que a Justiça cumpra o seu dever em relação à Polícia Civil do Rio de Janeiro, bem como à Rede Globo, para que as responsabilidades sejam apuradas.

Afirma que “nenhum fato mais ficará encoberto, nós traremos a público qualquer manifestação de juízo em relação a isso, e o nosso manifesto de repúdio a este estratagem maligno.”

Deixa a manifestação do Partido e de cada um contra a emissora que prestou mais um desfavor à Nação, e reafirma que estão na balança da Justiça a Rede Globo de Televisão e a Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, que agiram com a deliberada intenção de prejudicar um homem que está lutando para livrar o país da injustiça, da maldade e da tirania.

Deputada Ana Campagnolo (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo pronunciamento, afirmando que é um líder e sempre defendeu Bolsonaro. Diz que, desde a Revolução Francesa, Política é Direita e Esquerda, não tem outra alternativa, para questionar aqueles que discordam. Também diz que essa difamação do presidente Bolsonaro aconteceu logo depois da divulgação da manchete relacionando o PT ao crime do Celso Daniel.

Deputado Jessé Lopes (Aparteante) - Questiona quem teria interesse em fazer algum mal para uma vereadora que até então vivia no anonimato, e questiona também o porquê,

depois da sua morte, ter virado expressão nacional para pessoas que nem ao menos a conheciam antes. E assim também foi com o presidente, que nem a conhecia, e agora tentam colocar isso na sua conta, para denegrir a sua imagem, porque ele está fazendo um Brasil diferente, um país confiável e que está alcançando ótimos índices econômicos. Também parabeniza o seu líder por defender Bolsonaro e diz que agora pode se orgulhar da liderança. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Em seu pronunciamento, denuncia os privilégios da Casa d'Agrônoma, que tem um custo exorbitante, e neste sentido traz um vídeo para ilustrar a sua fala.

Afirma não entender o porquê do estado ainda manter este privilégio ao governador, e realizando uma pesquisa, traz os gastos mensais do palácio, tais como zeladoria, garçons, copeiros, jardinagem, copa entre outros.

Lembra que foi aprovado o seu pedido de informação para saber de forma detalhada os custos, principalmente com alimentação, e que o mesmo teve uma resposta negativa, alegando prerrogativa de sigilo dos gastos.

Entretanto cita que a Constituição Federal, no Art. 5, inciso XXXIII, e a Lei Federal n. 12.527, garantem a todos o direito de receber informação dos órgãos públicos. E,

com isso, solicita a prestação de contas detalhada da Casa d'Agronômica.

Finalmente, pede que se dê um presente a Santa Catarina, que se venda o palácio, e assim pare de gastar com privilégios. [Taquígrafia: Guilherme]

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Princípio seu pronunciamento homenageando o Dia da Reforma, comemorado em 31 de outubro, quando Martinho Lutero, há 502 anos, subia as escadarias da Igreja do Castelo de Wittenberg para afixar as famosas 95 teses, que se espalharam na Europa, América do Norte e no Brasil.

Sobre sua importância no mundo, destaca a área cultural, a música, a literatura, a imprensa com a publicação da Bíblia Sagrada, a revolução dos educandários, permitindo acesso a ambos os sexos. Cita ainda que a ética protestante modelou o comportamento europeu, norte-americano, além do aspecto inovador, acenando o despertar da espiritualidade no homem.

Ainda, em momento de celebração, referencia o Dia Nacional do Livro e homenageia a Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, uma das maiores instituições do mundo, e também o nascimento há 117 anos, no dia 31 de outubro, em Itabira, MG, de um dos maiores poetas do Brasil, Carlos Drummond de Andrade, influenciador do modernismo brasileiro, e finaliza recitando um de seus poemas preferidos, "O Tempo Passa." [Taquígrafia: Elzamar]

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Traz alerta sobre a obra na rodovia SC-390, no trecho que liga Anita Garibaldi a Celso Ramos, informando que encontra-se paralisada por falta de recursos. Acrescenta que o tráfego e fenômenos meteorológicos prejudicaram totalmente o que já havia sido feito naquela estrada.

Comenta que, através de um pedido de informação, o governo afirmou não possuir recurso suficiente e aguarda por financiamento.

Exibe no telão um vídeo que mostra a situação da referida rodovia. Comenta que recebe diversos vídeos apresentando estradas em péssimas condições, citando como exemplo um trecho da SC-370, que foi assunto em uma audiência pública organizada pelo deputado Volnei Weber.

Pede para que o governo economize recursos, e cita um projeto da Defensoria Pública que distribuirá gratificações, onerando o estado em mais de 1 milhão de reais. Posiciona-se contrário a este projeto, pois afirma ser uma verba considerável que pode ser mais bem aproveitada, e espera que os deputados firmem um posicionamento, respeitem o dinheiro público e não aceitem este projeto. [Taquígrafia: Northon]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A presidência suspende a sessão para que a senhora Jurema Ramos dos Santos, diretora-secretária da Amucc, faça uso da tribuna para falar sobre o Outubro Rosa.

Na continuidade, fará uso da palavra a presidente da Associação de Apoio aos Portadores de Esclerose Múltipla da Grande Florianópolis, senhora Suelen João Alves.

Partidos Políticos

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e, não havendo oradores inscritos, passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início a pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0575/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster, solicitando ao secretário de Desenvolvimento Social informações acerca dos motivos que impedem a conclusão das casas pré-moldadas às famílias desabrigadas na região do Médio Vale do Itajaí, devastada por uma tragédia climática em 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0549/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda, manifestando aplausos ao reitor da Unoesc pela Comenda do Mérito Esportivo, a ser recebida no dia 2 de dezembro, concedida a atletas e entidades que marcaram a história do esporte catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1564/2019 e 1565/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 1566/2019, 1567/2019, 1568/2019, 1569/2019, 1570/2019, 1571/2019, 1572/2019, 1573/2019, 1574/2019, 1575/2019 e 1576/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster.

A Presidência comunica ainda que serão enviados aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1519/2019, 1520/2019, 1521/2019, 1522/2019, 1523/2019, 1524/2019, 1525/2019 e 1526/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 1527/2019, de autoria do deputado Milton Hobus; 1528/2019 e 1529/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1530/2019 e 1531/2019, de autoria do deputado Volnei Weber.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Taquígrafia: Sílvia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para a semana subsequente, à hora regimental. [Revisão: Taquígrafia Sara]

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 099-DL, de 2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença à Senhora Deputada Luciane Carminatti, no período de 11 a 21 de novembro do corrente ano, sem remuneração, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 7 de novembro de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DA DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Júlio Garcia

Presidente da ALESC

Nesta Casa

Of. 370/19

Florianópolis, 05 de novembro de 2019.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me à Vossa Excelência para requerer licença sem remuneração, no período de 11 a 21 de novembro de 2019 para tratar de assuntos particulares.

Respeitosamente,

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 07/11/19

ATOS DA MESA CONSLEG

ATO DA MESA - CONSLEG Nº 033, de 12 de novembro de 2019

Declara de utilidade pública o Leo Clube

Tangará Omega, de Tangará.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua competência, prevista no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, e com fundamento no art. 3º da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, com redação dada pela Lei nº 17.690, de 11 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Leo Clube Tangará Omega, com sede no Município de Tangará.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º deste Ato da Mesa ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação deste Ato, os seguintes documentos:

I – relatório anual de atividades do exercício anterior;

II – atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III – certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV – balancete contábil; e

V – declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verba pública, no exercício referente à prestação de contas, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, 12/11/2019.

Deputado Mauro de Nadal - Presidente e. e.

Deputado Padre Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Altair Silva - Secretário

* * *

ATO DA MESA - CONSLEG Nº 034, de 12 de novembro de 2019

Declara de utilidade pública o Lions Clube de Tangará.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua competência, prevista no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, e com fundamento no art. 3º da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, com redação dada pela Lei nº 17.690, de 11 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lions Clube de Tangará, com sede no Município de Tangará.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º deste Ato da Mesa ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação deste Ato, os seguintes documentos:

I – relatório anual de atividades do exercício anterior;

II – atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III – certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV – balancete contábil; e

V – declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verba pública, no exercício referente à prestação de contas, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, 12/11/2019.

Deputado Mauro de Nadal - Presidente e. e.

Deputado Padre Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Altair Silva - Secretário

* * *

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

CPI

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 11H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) –

Senhoras Deputadas, senhores Deputados, havendo quórum regimental, damos início à reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga possíveis ilicitudes na Ponte Hercílio Luz.

Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 24ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo que a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Recebemos também, senhores Deputados, os seguintes expedientes: o Ofício nº 1.309/2019, de 4 de outubro de 2019, assinado pelo senhor Secretário Carlos Hassler, da Secretaria da Infraestrutura, que faz encaminhamento de documentação.

Solicito à assessoria que dê o recebimento, faça a devida anexação ao presente processo da CPI e, se houver solicitação por parte dos senhores Deputados, com a devida reserva faça a distribuição.

Também recebemos e-mail da Polícia Federal, do senhor Delegado Alexandre Mauro Tomaz, que é o chefe da Delemig, informando que não há condição, da forma como foi enviado, de fazer o levantamento das entradas e saídas do País dos senhores *Khaled Mahmoud* e Peter Sluszka. Então, solicita que sejam fornecidos mais dados à Polícia Federal para que possa fazer os devidos levantamentos.

Também recebemos expediente do Consórcio Florianópolis Movimento (sic) solicitando mais quinze dias para fazer o levantamento da documentação e enviar a esta CPI.

Entendo, senhores Deputados, que quinze dias é muito tempo. Vamos deferir. Defiro um prazo de oito dias a partir desta data. (Pausa.)

(O senhor Presidente da CPI dá o despacho no documento.)

Solicito à assessoria que elabore expediente, ainda no dia de hoje para que este Presidente possa assinar, comunicando à representação do Consórcio Florianópolis Movimento (sic).

Também recebemos expediente da Procuradoria desta Casa, conforme solicitado, acerca do tempo em que vai se expirar a CPI. A CPI tem o seu prazo final no dia 3 de novembro e o prazo final para apresentação do relatório no dia 2 de dezembro. Então, também solicito à assessoria que faça a anexação ao devido processo e dê conhecimento aos senhores Deputados.

Vamos ouvir a primeira testemunha, que é o senhor Paulo Roberto Meller. Eu o convido para sentar aqui à minha direita.

(O senhor Paulo Roberto Meller senta-se no local indicado pelo presidente.)

Registro a presença do Deputado Ivan Naatz, que hoje substitui o Deputado João Amin, que se encontra em viagem.

Nós temos a segunda testemunha, que é o senhor Wenceslau Jerônimo Diotallevy. Eu solicito à assessoria que encaminhe a próxima testemunha para o gabinete da Coordenadoria das Comissões para que lá ele possa aguardar.

(O senhor Wenceslau Jerônimo Diotallevy deixa o recinto.)

Senhores Deputados, vamos continuar com a reunião.

Senhor Paulo Roberto Meller, o senhor recebeu um ofício desta Comissão, portanto vossa senhoria sabe o motivo pelo qual aqui está.

(O senhor Paulo Roberto Meller manifesta-se fora do microfone: "Sim;")

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Alô, alô... Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor, sabendo o motivo pelo qual aqui está, promete dizer a verdade, somente a verdade nesta Comissão?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Eu gostaria que o senhor dissesse, para fins taquigráficos, o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço completo.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Paulo Roberto Meller, eu sou engenheiro civil, moro na estrada Caminho dos Açores, 2.020, casa 30, Florianópolis. [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor também fica ciente de que não é obrigado a responder as perguntas, perfeito? Pode ficar calado se assim desejar, e se também desejar fazer alguma questão de ordem está liberado, e encaminhe sempre para este Presidente, este Deputado.

Senhores Deputados, vamos procurar tocar esta reunião de uma forma um pouco mais breve, tendo em vista ter outra testemunha e outros compromissos de Comissões que já estão atrasados no dia de hoje.

Eu passo a palavra, então, ao Deputado Bruno Souza, que é o Relator da CPI da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom dia, senhor Paulo.

O senhor foi convidado para esta CPI porque o senhor foi presidente do Deinfra de janeiro de 2011 a janeiro de 2015. Então, eu já quero começar perguntando para o senhor: com relação à execução das obras de restauração da Ponte Hercílio Luz pelo Consórcio Florianópolis Monumento, qual foi a sua participação no desenrolar da obra, qual era o grau de conhecimento do senhor acerca do andamento dos trabalhos?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Já posso responder?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sim.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Ah, sim. Tá bom.

Bom, primeiro, bom dia a todos os Deputados... é... agradeço até o convite de estar aqui.

Pra ser bem sucinto, o nível de conhecimento de uma determinada obra é como qualquer presidente de um órgão grande como o Deinfra, como um Secretário, ele sabe o básico, mas talvez as questões pormenores, de detalhes técnicos de engenharia, talvez algumas perguntas que me sejam feitas aqui eu não vou poder responder ou não vou saber responder da questão técnica.

O que eu posso dizer é que de janeiro de 2011 a dezembro de 2014, que foi o período que eu presidi o Deinfra, a... nesse período nós não assinamos nenhum aditivo com aumento de valores – e eu quero deixar explicado até pras pessoas entenderem, porque quando se fala em aditivo as pessoas leigas acham que é uma única coisa e, na realidade, juridicamente sim, mas tecnicamente é uma coisa diferente e eu quero explicar.

Quando você assina um aditivo com repercussão financeira é quando você faz um aditivo que tem algum aumento de despesa. Um exemplo: você tá fazendo um prédio e precisa colocar mais duas portas e uma janela. Aí você faz um aditivo com impacto financeiro. Agora, quando você prorroga o prazo de um contrato, também é aditivo. Então, às vezes, as pessoas leigas e que não sabem, subentende-se ou entende de que aditivo sempre tem impacto financeiro. Então, nesse período de quatro anos nós assinamos sobre a ponte um único aditivo, que foi de prorrogação de prazo, não foi nenhum impacto financeiro.

Se o senhor quiser, eu posso fazer um relato sobre os quatro anos e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nós temos perguntas aqui. Se algo não for respondido e o senhor quiser acrescentar ao final, o senhor pode acrescentar. Pode ser?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Pode, sem problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor acompanhou, então, a evolução dos serviços de perto?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Como presidente. O de perto eu acho que é um pouco... não é muito... né, porque são várias obras no Estado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor fazia visitas ao canteiro?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Fiz algumas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor fez algumas visitas, então?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Fiz, fiz, ah, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Qual era a frequência?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Eu fiz nos quatro anos, eu fiz na obra... fiz... vamos botar quatro ou cinco vezes, no máximo, na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não acha que uma obra do tamanho e da importância como a da Ponte Hercílio Luz e que fica a 1,5 quilômetro da sede do Deinfra, não merecia uma atenção especial?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – O senhor tá falando tecnicamente ou como presidente?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como presidente.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Bom, na realidade, assim: quando você faz uma obra, qualquer obra do Deinfra, você tem uma equipe técnica, você tem um... ã... ã... todo mundo... é... é... à disposição da obra. Especificamente da Ponte Hercílio Luz, nós tínhamos um escritório na obra, nós tínhamos engenheiros, por parte do Deinfra, engenheiros responsáveis, engenheiro civil, engenheiro mecânico, engenheiro eletricitas, e também uma empresa contratada que faz a supervisão; e, aí, a supervisão de uma equipe técnica de engenheiros dos mais variados técnicos engenheiros. [Transcrição: Camila Letícia de Moraes]

Então... não precisava... acredito que tecnicamente não precisaria... tecnicamente na questão da ponte. Eu conheço o projeto, eu analisei o projeto, mas confesso que... até porque o Estado é muito grande, nós tínhamos aí mais de cinquenta obras e não tinha como o presidente, como não tem até hoje, né, um Secretário de Infraestrutura e tal, visitar todas as obras num período grande.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor, como presidente, acompanhava os relatórios mensais do consórcio supervisor?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Mensais, não. Eu acompanhava aquilo que poderia chegar na minha mão, né, tipo... a... os valores, porque... até porque hoje quase... era, era tudo *online*. Muitas coisas eu recebia, nós fazíamos reuniões na minha sala a cada 40, 45 dias sobre os andamentos de todas as obras...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Esses relatórios não chegavam às mãos do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Muitas vezes chegavam, sim, sim, mas nem todos, até porque essas medições são mensais. Então, as medições mensais algumas chegam, outras não, porque vai direto pro setor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não, eu me refiro aos relatórios do consórcio supervisor. O senhor tinha acesso mensal a esses relatórios?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Eu não tô sabe... não tô entendendo que relatório que o senhor tá se referindo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Do consórcio de evolução das obras ou do Consórcio Prosul-Concremat, para ser mais específico.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Sim, são... O senhor deve tá citando talvez medições, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Também.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Sim. As medições funcionam assim: são várias obras, pra cada medição é feito um relatório anexo e, aí, esses relatórios vão direto pros setores, no caso específico, sai da ponte, vai pra Diretoria de Obras, que atesta, que, depois vai para todos os setores. Eu confesso que ler todos os relatórios hum, hum... é humanamente impossível. De todas as obras, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas o senhor não considera a obra da Ponte Hercílio Luz uma obra especial?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Sim, claro, totalmente. Uma das mais importantes...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ou ela não é uma obra...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Eu digo, eu digo que é a mais importante do mundo hoje em termos de complexidade e de engenharia.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quando o senhor assumiu a presidência do Deinfra, a obra de restauração da Ponte Hercílio Luz deveria estar com 86% executada, porém estava apenas com 17% dos seus serviços realizados, conforme apontava o relatório da supervisora. No mesmo relatório é feito o seguinte apontamento (aí no computador ao lado do senhor e atrás também, projetado, está o que vou ler): “Conforme vem sendo indicado nas medições do sistema do DEINRA, o ritmo dos serviços por parte da empreiteira continuam lentos e já afeta diretamente o prazo final da obra.”

Quando o senhor se deparou com essa situação nas obras da ponte, quais medidas tomou?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – A... A questão do rompimento de contrato, quem rompeu o contrato com a empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade isso é quando o senhor assumiu como presidente, né?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Ah, sim... Ah, o senhor tá falando de 2011.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso, quando o senhor assumiu...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...o contrato deveria estar com 86% executado, mas estava apenas 17% executado, como apontava já o consórcio supervisor. Quais medidas o senhor tomou frente a esse atraso?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Bom é... todas as obras... Vamos falar especificamente da ponte, nós, a partir do início de 2011, fizemos reuniões com a equipe técnica, mudamos inclusive os engenheiros – o engenheiro Wenceslau, que estava aqui e vai falar depois de mim, foi um engenheiro que quem convidou, ele é um

engenheiro do Deinfra, que quem convidou pra assumir a parte fui eu –, a obra não estava caminhando por várias razões e a informação que me passava é que... é... a... precisava dar todo um incremento.

Nós fizemos, na primeira reunião que tivemos com a presença do Governador, com a presença dos Secretários, de todos, nós colocamos isso e a determinação do Governador Raimundo Colombo era que... é... fosse agilizado todo o processo da ponte. E, aí, nós começamos todas as tratativas para agilizar a obra da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O que o senhor fez? [Transcrição: Felipe Pereira Bueno]

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Nós... Bom, vou tentar aqui explicar.

Quando nós assumimos estava... é... somente... é... quem conhece a obra da ponte, tava iniciando a parte de estaqueamento subaquático, o.k.? Nós chamamos, fizemos reuniões com todo mundo, a empresa se comprometeu a, a fazer os encaminhamentos, a empresa tocou durante um certo, um certo período, depois paralisou. Nós... é... fizemos novamente várias reuniões, inclusive é... no gabinete do Governador do Estado, com a presença de vários Secretários, com a presença de vários Procuradores, do Procurador-Geral do Estado inclusive em muitas reuniões, a... e... a ideia era realmente aprimorar. Mas tinha uma questão que fazia jus ao Estado, que era a questão financeira. Era uma obra de vários milhões, R\$ 150, R\$ 200, R\$ 300 milhões a obra, e os orçamentos que estavam previstos eram viáveis, mas a questão de fluxo de caixa na época do governo do Estado também ela, ela, ela tinha uma certa dificuldade.

Nesse meio período nós definimos valores com o pessoal da Fazenda, o que poderia ser gasto ano a ano, e, aí, começou todo esse processo. Foi justamente, assim em poucas palavras, foi isso que foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E qual era a principal justificativa apresentada na época para justificar essa situação?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Duas: financeira do Estado e também a empresa contratada que estava... é... muito lento tocando a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Durante o seu primeiro ano no Deinfra, em 2011, o Consórcio Florianópolis Monumento faturou pouco mais de R\$ 5,2 milhões, perfazendo uma média mensal de faturamento de R\$ 430 mil, quando ele deveria estar faturando por mês R\$ 3 milhões, ultrapassando a casa dos R\$ 30 milhões anuais. Inclusive o faturamento do ano de 2011 representou menos da metade do faturamento do consórcio no ano de 2010, que foi de quase R\$ 12 milhões.

Senhor Paulo, por que as médias de faturamento caíram tanto? Quais foram os motivos e por que tanto atraso nesse cronograma?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Foi uma questão... vamos explicar tecnicamente a questão da obra. Quem vê, quem vê a obra pronta hoje fica mais fácil de entender.

A... o maior serviço que tinha que ser feito hoje... naquela época na ponte era os estaqueamentos, né? Eram feito aqueles, aqueles quatro blocos e ali eram estacas – estacas era feito por uma empresa especializada, a, a, o Consórcio Florianópolis Monumento contratou essa empresa e obviamente que com toda a dificuldade do mar; tinha toda a questão de marés, a questão de vento, a questão de chuva, a questão de tudo, que não tinha, não tinha questões. Foi muito mais, especificamente nessa época, acredito que tenha sido muito mais por uma questão técnica de estaqueamentos e dificuldades de obra, do que propriamente pro, por questões... outras coisas, né? Justamente porque em 2010 é... foi, foi, foi alterado toda a... foi alterada a questão de... de... de técnica de construção da obra.

Então, é... foi uma questão de estaqueamentos mesmo. E, aí, nesse período, já se... já víamos, nós já víamos de que a dificuldades é... é... desses estaqueamentos, a questão... muita questão de ventos e tempo, e tal. Tudo isso foi justificativo... foi justificado para a questão do andamento da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O ano inteiro então?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Até terminar, vamo bo... vamo dizer que até terminar a questão das funda... a... dos estaqueamentos, das funda..., das, das estacas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em junho de 2012 o senhor assinou, representando o Deinfra, o oitavo termo aditivo ao contrato original, prorrogando o contrato por mais trinta meses, ou seja, até 31/12/2014 – está também na tela do computador, caso o senhor queira consultar.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E, ao final de junho de 2012, em vez das obras da Ponte Hercílio Luz

estarem concluídas, o contrato estava aproximadamente apenas 23% executado, mesmo após longos três anos e meio de contrato.

Senhor Paulo, por que foi assinado mais esse termo aditivo e não foi rescindido o contrato na época?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Porque nessa... nesse período nós já esta... o governo do Estado já estava em negociação com bancos para arrumar recursos para a conclusão, recursos para viabilizar a conclusão da ponte. A conclu... o governo do Estado chegou à conclusão através da Secretaria da Fazenda que com recursos próprios não tinha condições de fazer a ponte. Então, a... a... na época começou a negociação, que depois de um tempo deu certo, que foi com o BNDES, aonde se assegurou um volume considerável de recursos. Então, por que que foi prorrogado? Porque estava em negociação a... com o BNDES, e que depois foi assinado a... pelo governo do Estado um financiamento para a assinatura da ponte. Então, foi só por isso. [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Paulo, mas o senhor falou na resposta anterior que uma das primeiras providências do senhor foi justamente garantir os recursos para a execução da ponte. Isso no começo de 2011.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Vamos lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu entendi errado ou?...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não, então eu me expressei mal.

Garantimos os recursos para fazer o estaqueamento da ponte, porque... Tem uma coisa que eu quero frisar muito aqui que é, nós engenheiros chamávamos ponte segura. O que que é ponte segura? Deixar a ponte segura pra ela não vir a colapso, porque se ninguém... se as pessoas não sabem, desde 1982 a ponte, a qualquer momento, por um efeito de vento – isso tá no laudo assinado pela empresa Stein – poderia vir a colapso.

Então, quando nós assumimos em 2010, quando chegou este parecer pra mim, eu disse: vamos agilizar rápido a questão da infraestrutura embaixo da ponte pra tornar a ponte segura. Depois é outra coisa.

Então os recursos que eu me referi aqui, que foram assegurados pela Fazenda, foi pra fazer o estaqueamento, que era o período que se adaptava – eu não me lembro se era pra oito, nove ou dez meses, que era o que precisava fazer estaqueamento. Aqueles recursos a Fazenda assegurou, porque era prioridade tornar a ponte segura, como nós chamamos na engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Consórcio Florianópolis Monumento tinha feito, anteriormente, apenas 23% em três anos e meio de contrato. O senhor acreditava realmente que os 77% restantes da obra seriam executados nos dois anos e meio seguintes?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Eu... se... hum... posso lhe dizer o seguinte: que se... talvez, talvez, se a... se o Consórcio Florianópolis Monumento tivesse recursos deles, até porque o rompimento também foi nisso, talvez não ficasse pronto, mas ficaria bem próximo disso. Eu posso garantir que a meta nossa era tornar a ponte segura, nesse aspecto, e pra isso, por isso que nós fizemos toda a questão dos aditivos. Eu... respondendo claramente, se não ficasse pronto, ficaria bem pouco, faltaria bem pouco pra terminar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E por que o senhor tinha essa convicção, se o relatório da supervisão imediatamente anterior ao aditamento apresentava a seguinte observação – que está no computador também: “Conforme vem sendo indicado nas medições do sistema do DEINFRA, o ritmo dos serviços por parte da empreiteira continuam lentos (...).”

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Bom, vamos lá então. Vamos... vamo por partes.

A... a partir desse momento começou a dificuldade é... da empresa. A... nós pagávamos a empresa e a... e os... fomos surpreendidos algumas vezes que as pessoas que faziam os rebocadores paralisaram a obra por falta de pagamento, que os mergulhadores paralisaram por falta de, de, de pagamento. Então começou toda essa discussão, a empresa também não cumprindo a parte dela. Por mais que a gente conversasse, por mais que a gente falasse, por mais que a gente notificasse, a... a empresa, através do... do... de todo tipo de, de diário de obra, a empresa passava por... passou por esse processo, né, e aí... que culminou depois com o rompimento que foi feito por mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em 18/2/2013 o senhor, representando o Deinfra, assinou um Termo de Concessão Fiduciária de Direitos Creditórios, na condição de interveniente anuente, anuindo então com a apresentação do Contrato

de Empreitada PJ 264 – contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz firmado entre o Deinfra e o Consórcio Florianópolis Monumento – como garantia de um empréstimo de R\$ 9,4 milhões realizado pela Construtora Espaço Aberto junto ao Badesc.

Senhor Paulo, por que o Deinfra concordou com a apresentação do contrato como garantia?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Desculpa. A última frase, por que?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por que o Deinfra concordou com a apresentação de um contrato com ele como garantia? [Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Bom, na realidade, o que que aconteceu? A empresa Espaço Aberto tinha problema de fluxo de caixa, procurou um banco que... procurou um banco para pegar recursos financeiros do banco. Deu em ga... o banco aceitou os contratos e as medições futuras da, da, da Ponte Hercílio Luz. Foi ao parecer jurídico, todo mundo, é... enfim, concordaram. Qual era, qual era o regimento? A partir das medições se pagava essa prestação do banco. A empresa que tomou, tomou o empréstimo concordou, o banco concordou, o Deinfra só pôde aceitar, porque não tinha nenhum prejuízo financeiro para o Estado ou para, para o Deinfra esse tipo de, esse tipo de transação. Nós, ao invés de pagar x pra empresa, pagaria x, a, a, a, diferença ou o parcelamento desse, desse financiamento.

Foi uma transação empresa privada com banco e, aí, nós só anuímos porque foi uma questão de, de, de concordância. Não, não fizemos nada mais disso e não teve nenhum prejuízo pro Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, senhor Paulo, em janeiro de 2013, alguns dias antes da obtenção do empréstimo, que foi em fevereiro de 2013, a medição nº 50 do consórcio supervisor apontava que o Consórcio Florianópolis Monumento tinha realizado apenas 23% do contrato, ?o equivalente a R\$ 35,6 milhões, dos R\$ 154,8 milhões previstos inicialmente, sendo que, segundo o cronograma original, o contrato já deveria estar completamente executado e a obra de restauração da Ponte Hercílio Luz deveria estar concluída.

?Considerando que a situação da época indicava que o contrato estava com uma execução muito atrasada e muito aquém do esperado, o senhor considera que o contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz estava realmente apto e habilitado a ser dado como garantia para uma operação de crédito de quase R\$ 10 milhões?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Volto a dizer, nós não tínhamos outra e... e... não tinha nenhum prejuízo pro Estado. Na realidade a empresa tomou, tomou a... esses recursos para fazer fluxo de caixa para construir a ponte. Na época, eu... nós verificamos que era, era interessante pra, pro Estado e... e... volto a dizer, não teve nenhum prejuízo financeiro, não teve nada, justamente no intuito de tentar resolver o problema e construir a ponte e deixar a ponte segura, que era o nosso objetivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor levou em consideração esses aspectos ao anuir com a apresentação do contrato como garantia?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – De tornar a ponte segura, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não, esses indícios de que... esses indícios, não, o que a supervisora já apontava, esse atraso tão explícito na execução do contrato. O senhor levou isso em consideração ao anuir com a apresentação do contrato como garantia?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Mas não tinha nenhum... nesse aspecto não tinha nada que, que, que pudéssemos ser contrários a uma transação entre um banco e uma empresa privada. A... o banco aceitou o contrato, nós simplesmente anuímos. Não tinha nenhuma disputa... nada, não, não, nada contra a questão do Deinfra. Não tivemos nenhuma participação pecuniária, nenhum... o governo... o Estado não ia dar nenhum recurso, o Deinfra não ia pagar nada. Era simplesmente ao invés de pagar a empresa x, ia pagar o banco y com a anuência da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Deinfra não poderia...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Se o banco, se o banco aceitou, quem somos nós pra não aceitar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Deinfra não poderia negar essa anuência?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Acredito até que sim. Mas negaria por que, se era uma coisa pra empresa pegar um capital de giro pra tocar uma obra que tinha contrato com o Deinfra. Não vejo... nenhum motivo de, na época, né, na época...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas pelo menos... pela, pela...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Hoje até pode ser, mas na época não, não se tinha... não se tinha motivo, porque não tinha nenhuma transação pecuniária entre o Estado e... entre o Deinfra e banco, entre... nada. Era um contrato, deram em garantia, o banco aceitou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Um contrato que já deveria estar concluso, estava com 23% só disso concluso. O senhor não acha que, pela inexecução do contrato, isso não seria um bom motivo para não anuir?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Dizem que não se deve fazer uma pergunta respondendo... uma pergunta para responder uma pergunta. Eu pergunto: será... isso não é um trabalho do banco? Não é o banco que tinha que analisar o contrato se valia, se não valia, se tinha vinte, porque tudo isso, esse documento foi tudo ao banco. Era o banco que tinha que analisar, não era nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A Construtora Espaço Aberto conseguiu empréstimo com o Badesc apresentando como garantia o saldo de um contrato o qual não estava sendo cumprido o cronograma físico-financeiro. Em 2012, ao invés de aproximadamente R\$ 40 milhões que deveriam ter sido medidos, foram medidos apenas R\$ 4,29 milhões dos R\$ 154 milhões previstos inicialmente, ou seja, apenas 2,8% do contrato original, sendo que no último semestre de 2012 foram apenas R\$ 375 mil medidos nos três meses anteriores à obtenção do empréstimo.

Senhor Paulo, eu lhe pergunto: o contrato não dava todos os sinais de que não seria executado em sua plenitude, como, de fato, não foi? [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Por isso que nós rompemos, Deputado. Por isso que depois de toda essa tratativa de tentar viabilizar o contrato, de tentar é, é, é, todos, é, é, em busca de recursos do BNDES, arrumar o recursos, é... nós... ã... fazer as tratativas pra tentar viabilizar pra deixar a ponte segura, tudo isso foi feito nas melhores das intenções de todo mundo. Na... a empresa depois não honrou os compromissos e nós rompemos. Quem rompeu, volto a dizer, quem rompeu foi dentro dos meus quatro anos. Nós é que rompemos o contrato...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o rompi...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – ...justamente por isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O rompimento ele foi após um ano e meio do empréstimo.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – O senhor está falando do empréstimo?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Do Badesc.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Que o senhor...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Bom, mas daí... O empréstimo do Badesc não foi uma transação conosco. Eu confesso que eu... nós não... o recu... a questão do Badesc foi uma questão empresa privada com banco, o Deinfra não participa. Eu tô falando da questão financeira do BNDES. Quando o Estado garantiu os recursos, ã, eu não me lembro se foi 70, 80 ou 90 milhões, mas recursos vultosos que isso iria viabilizar consideravelmente a questão da ponte, quando o Estado garantiu os recursos, a empresa não cumpriu com a parte dela, aí nós rompemos. Esse é o... esse é o tempo que eu tô falando.

A questão do financiamento esse do BNDE... do, do, do Badesc ou do banco privado, eu não sei... eu não... nós não participamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Depois que o Estado garantiu os recursos, o Deinfra levou um ano e meio para romper esse contrato. Qual motivo?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Justamente porque nós, juridicamente e tecnicamente, tornamos, tomamos todos os passos, todas as precauções para não ter nenhuma questão judicial depois. Eu até posso explicar passo a passo o que aconteceu. É... pra não ter dúvida.

Os nossos Procuradores, e com a presença do Procurador-Geral do Estado, doutor João dos Passos, tudo foi, é... juridicamente pensado, calculado, pra que não tivesse um prejuízo maior pro Estado depois. Qual seria o prejuízo maior pro Estado depois? Fazer uma rescisão, entre aspas, “malfeita” que a emp... que o consórcio que foi rompido pudesse entrar na, na, na Justiça e pudesse paralisar tudo, e aí, sim, que ficaria a coisa pior de todas.

Então tudo foi milimetricamente é... pensado, calculado, todos os passos foram feitos pela Procuradoria do Deinfra com a vistoria da Procuradoria-Geral do Estado, do próprio Procurador-Geral,

todos os passos, justamente pra não ter problema, porque a nossa... Como engenheiro, a nossa maior dificuldade era: vamos romper? Vamos. O.k., rompemos. E aí a empresa podia entrar na Justiça, ganhar uma liminar e tal, e, aí, ficaria a ponte toda ela paralisada. Essa preocupação a equipe jurídica do Estado e do Deinfra tomou, a equipe técnica, porque a nossa preocupação técnica era, era isso. E volto a dizer, Deputado, deu certo, porque, graças a Deus, se a ponte hoje tá segura e ela está praticamente concluída, eu não tenho dúvida nenhuma de afirmar que foi a decisão nossa, de romper o contrato naquela época, mostra que o... a nossa decisão foi correta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em março de 2013 o Deinfra ainda acreditava na conclusão das obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Março de?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – 2013.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Bom, eu não saberia lhe informar agora exatamente a data, eu não... É... eu sei que nós começamos a ter um *stress* em 2013, eu não sei se foi março ou abril. Assim, um *stress*... um *stress* maior foi nessa época, mas eu não saberia dizer se foi fevereiro, março ou abril, não... eu não sei... não posso dizer.

Eu sei que em 2013 nós já esta... nós já tínhamos... nós já estávamos discutindo informalmente, inclusive com o Governador, né, porque, vamos lá, ninguém vai romper um contrato nesse período sem a concordância do Chefe Maior, sem a, sem a concordância é... do Procurador, e vamos... diga-se de passagem, eu quero aqui, é... é...é... fazer um elogio ao ex-Governador, porque ele também foi corajoso quando ele disse: juridicamente tem condições? Tecnicamente tem condições? Ele ouviu o jurídico, ouviu nós, técnicos, e ele disse: não, se é pra romper, vamos romper de vez pra garantir a ponte e concluir a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor Marcos Peixoto Amin, que foi gerente de Operações do Badesc na época da concessão do empréstimo à Espaço Aberto, declarou em oitiva aqui nesta CPI, abre aspas, que “se houvesse qualquer problema, eu acho que a Secretaria teria avisado. Oh, ligar para o diretor do banco pra dizer: ‘Olha, não faça isso.’ Porque eles” nunca assinaram... eles nunca “assinaram, gente! O contrato de garantia está assinado na Secretaria junto com a gente! Eles sabiam do empréstimo. Se eles soubessem de qualquer coisa que o navio estava afundando... Eu não fazia nem ideia do navio afundando.” [Transcrição: Ana Clara Mota]

Com base nessa declaração do senhor Marcos Amin, eu lhe pergunto: o Deinfra não deveria ter informado o Badesc acerca das reais condições e da real situação de execução do contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Eu acho que isso é uma obrigação do banco. Eu acho que... é... se o... o... o sócio do banco ou os diretores do banco que... e tiveram, eles estiveram lá no... no... no Badesc, tiveram analisando o contrato, analisaram, viram as medições, até porque é público isso, entra no sistema, se cobra e analisa, eles viram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não acha que o Deinfra foi omissivo nesse caso?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não, em absoluto. Não, porque ao... volto a dizer, ao Deinfra não cabia absolutamente nada. O Deinfra simplesmente entregou a documentação a pedido do banco, as cópias do contrato, as cópias das medições, todos os relatórios. Quem tinha que analisar relatório é o banco. O Deinfra não emprestou nada pra ninguém. O Deinfra não fez absolutamente nada, ele só assinou que tinha um contrato vigente, que estava lá e com toda documentação. Nós... não... não tinha como fazer absolutamente nenhum tipo de comentário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Contrato PJ 264/2008 previa a aplicação de multa de mora de 10% do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, desde que o atraso seja responsabilidade da contratada. Esse dispositivo foi aplicado no período que o senhor foi presidente do Deinfra?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Bom, a partir do momento que nós definimos que íamos começar a aplicar a... as multas, as medições foram zeradas. Teve um período aí de... não me lembro se foi quatro, cinco ou seis meses que a empresa não... não... não faturou. Então, se não faturou não tem como aplicar multa. Então, nesse período, sim, nós via... a decisão era aplicar a multa, só que não teve faturamento na empresa pelo *stress* todo que tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – No período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014 foram pagos R\$ 33.887.355,00 ao Consórcio Florianópolis Monumento, sendo que

o senhor, enquanto presidente do Deinfra, não exigiu que fosse descontado mais de R\$ 3 milhões em multas, descumprindo o contrato. Existiu algum motivo para não exigir a aplicação dessa multa?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não, a multa você só cobra se você aplica a multa. Não, não tinha nenhuma multa aplicada. Quando... volto a dizer, quando a gente, nós resolvemos a... a decisão de rompimento do contrato e, reafirmo aqui, o rompimento foi feito na minha gestão, né, nós decidimos a partir daquele momento que nós começamos a, a, a, com a orientação toda jurídica, porque ela tinha que ser jurídica, né, é... as medições foram zeradas e não tinha como aplicar multa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade o senhor...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Então, não tem como aplicar multa de um... de, de algo que você não multou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade o senhor, como presidente do Deinfra, fez o repasse de R\$ 33 milhões ao Consórcio Florianópolis Monumento. Então eu gostaria de entender por que as multas não foram aplicadas antes, então, 2011, 2012, 2013.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não, porque justamente isso, a ideia, a ideia era, é... é... é fazer as negociações todas pra viabilizar a ponte segura. É... a ideia não era fazer um rompimento de contrato, no início. A ideia era ter... fazer a ponte segura, paralelo a isso o governo do Estado ia atrás dos recursos, porque nós estamos falando, era falado de milhões. É... é paralelo a isso, tudo isso foi reunido e foi conversado com vários, com vários, vários, vários Secretários de Estado, com todo mundo junto. Isso não foi uma decisão só minha. A decisão era todos viabilizar a ponte segura, como nós chamamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A decisão de não aplicar a multa foi sua?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não, não, não tinha o que aplicar a multa, não tinha decisão de aplicar multa, porque a, a nossa ideia era justamente tornar a ponte segura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Justamente é isso, é isso que eu tô perguntando: a decisão de não aplicar a multa foi do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De quem foi a decisão?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não, não, não tem essa decisão, porque a multa só é aplicada depois dos engenheiros fazerem o laudo, depois dos engenheiros analisarem, verificarem, e aí se aplica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E não havia atraso no cronograma quando o senhor estava como presidente?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Deputado, vou reafirmar, claro que tinha, só que nós távamos, como engenheiros e como técnicos... era justamente tornar a ponte segura. Não adiantava nós seguir, é... a ideia era: torna a ponte segura. A empresa participou de várias reuniões, nós vamos tocar a obra, vamos tocar a obra, e foi. Como de fato... e se o senhor analisar, já que o senhor tá falando, em 2013 a obra andou consideravelmente bem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E de quem foi...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – ...depois disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E de quem foi a decisão de tomar todas as medidas possíveis antes de aplicar as multas, então?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Como assim?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – As decisões de medições, as medições que vieram antes já apontavam esse atraso. O que eu queria entender é isso, quem é que decidiu negociar, de fazer reuniões e não multar? [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não, foi o Estado como um todo. Volto a... eu disse aqui, nós fizemos várias reuniões, é... no gabinete do Governador, com o grupo gestor do Estado, com os técnicos de Deinfra, nós fizemos várias e várias e várias reuniões, que a ideia era, vamos tornar a ponte segura. Pra isso precisava de x milhões, que era pra fazer as fundações e aquela estrutura metálica embaixo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quando o consórcio voltou a faturar, ele cumpriu o cronograma?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Eu posso dizer que em 2013 não cumpriu na íntegra, mas foi talvez o melhor... de todos os... O drama, 2013 foi um dos melhores períodos, mesmo com atraso, foi um dos melhores períodos da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mesmo com atrasos. Então houve atrasos?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Sim, aí depois disso nós rompemos o contrato, porque daí é... iniciou o ano de dois mil e... final de 2013 ou início de 2014, o tempo eu confesso que não quero dizer o mês aqui, as obras começaram, nós tive... começamos a ter problema no canteiro de obras, que era o pessoal de novo fazendo é... indo embora porque não tinha pagamento e tal, aí que houve a decisão do governo, né, com a minha presença, do governo, de nós irmos pro rom... pra ir pro rompimento do contrato, porque aí nós tínhamos dinheiro, nós tínhamos recursos em caixa do Estado, nós tínhamos tudo, aí, sim, era... era um rompimento unilateral, porque a empresa não tava cumprindo a parte dela. Até antes disso, até 2011, 2012, que é meu período, a empresa não cumpria a parte dela, mas vamos ser justo, o Estado também deixou de cumprir algumas partes por questão financeira, por questão de fluxo de caixa do governo do Estado.

Então, é... foram dois momentos, a partir do momento que assinou-se o convênio com... o convênio de financiamento do Estado com o BNDES, é... garantindo recursos de milhões, né, a empresa aí não com... não conseguiu mais, e aí foi aí que foi o rompimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quando foi a decisão de romper o contrato?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – (*Suspira.*) Eu... o mês exato eu não sei, mas foi 2014.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – 2014?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – E... meados de 2014 ou, ou assim, o primeiro semestre de 2014, eu não saberia lhe dizer exatamente o mês, mas foi 2014.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A decisão foi de quem?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – A decisão foi o seguinte, vamos, vamo lá. Nós fizemos uma reunião de engenheiros com o corpo técnico jurídico do Deinfra primeiro. É... nos certificamos que o certo pra obra era o rompimento, dali nós... é... fomos conversar com o Governador, com o Procurador do Estado e com o grupo gestor. Levamos a nossa exposição de motivos, que tecnicamente nós achávamos que era o ideal, porque a partir daquele momento nós tínhamos... o Estado tinha recurso, nós estávamos com recursos em caixa, nós tínhamos tudo e a empresa não estava honran...

Em 2013, vamos ser justo, em 2013 a obra foi num ritmo consideravelmente bom e, depois, a obra deslanchou, que nós tivemos paralisações de, de, de, dos rebocadores, dos mergulhadores. E aí era inconcebível vo... o Estado tá com... o Deinfra tá com recurso e... e a obra não andar. Então, daí nós fizemos uma exposição de motivos ao grupo gestor, ao Governador, ao Procurador-Geral do Estado e ali, então, se tomou a decisão, então vamos juridicamente fazer tudo dentro do processo, tudo dentro da lei e fazer bem-feito, porque nós também colocamos a esse grupo, o gestor, ao Governador, todos, dizendo o seguinte: olha, temos que fazer juridicamente bem-feito porque tecnicamente a ponte não pode ficar... se desse algum problema jurídico, a ponte não pode ficar muito mais tempo ã... com o risco de, de, de, de, de um colapso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Paulo, a senhora Karla Regina Krauel, que foi administradora da CSA Ltda. (empresa que se consorciou com o grupo Espaço Aberto – formando o Consórcio Florianópolis Monumento), foi ouvida como testemunha nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e informou que, entre os anos de 2011 e 2012, ela, como representante da CSA, se reuniu com alguns servidores da área de infraestrutura do Estado, um engenheiro responsável pela ponte, o Secretário de Estado e o próprio Governador do Estado à época, o senhor Raimundo Colombo, com vistas a informar ao Estado que a empresa CSA estava saindo das obras da ponte e que somente a Construtora Espaço Aberto seguiria conduzindo os trabalhos. O senhor participou de alguma dessas reuniões?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A determinação partiu do Governador Raimundo Colombo ou do Secretário de Infraestrutura do Estado?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Para? [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Essa permissão para que essa anuência com a CSA saísse do contrato.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Eu desconheço o assunto. Eu, sinceramente, não, não me lembro de ter algum documento, porque uma coisa é alguma pessoa dizer, outra coisa é um documento. Eu não me lembro, não me lembro, de ter algum documento no Deinfra de que alguma empresa tenha saído do consórcio. Pode até ter, viu? Eu não quero... mas eu não tô lembrado

de que tenha no processo é... e eu tô aqui, inclusive vou deixar cópia depois de todo o processo, de como que nós fizemos o processo do rompimento do contrato. Eu trouxe uma cópia pra deixar aqui pra CPI é... e não... sim, não estou lembrado, não me lembro de nenhum documento de que alguma empresa tenha saído do consórcio. Pode até ter saído, mas confesso que eu não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, como presidente do Deinfra, que estava executando, nas suas palavras, uma das obras mais complexas em execução no País, um contrato no valor de R\$ 54 milhões, o senhor não sabia que a empresa que continha o acervo técnico deixou o contrato?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – É... eles nunca me procuraram, nunca apresent... não, eu confesso que, pra mim, não. Mas, mas, ã... algo assim, de conversa de corretores, sim.

Agora, esse também, mesmo não estando, mesmo também não estando a... no nosso parecer do rompimento, esse também foi um dos motivos que nós levamos a... nós levamos a cabo. Só que como não tinha... é... eu acredito que juridicamente não tinha algum tipo de documento, mas essa informação chegou, chegou pra mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o que o senhor fez ao saber dessa informação, como presidente, ao saber que a empresa que continha o acervo técnico saía do contrato?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não, eu não... eu desco... eu volto a dizer, eu desconheço. Eu não, não, não chegou pra mim nenhum... assim, não me lembro disso. Eu desconheço, não, não, não vejo, não vejo isso como uma dificuldade. Até porque... já era, eu não sei qual era o período, já era um período que a gente tava talvez...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso foi em 2012.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Tá. Não me lembro, não conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Essa informação de que a empresa havia saído, não é uma informação de fácil verificação? Não bastava ir ao canteiro e ver quem eram os técnicos presentes?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Deputado, uma coisa é verificar, outra coisa é documentos. Eu confesso, confesso que... ã... em tudo que eu vi, eu li da ponte, não, não vejo nenhum documento de que a empresa tenha protocolado. Pode até ter tido, mas eu... isso não, não passou.

Agora, pra obra em si, nós estávamos – e volto a dizer, os melhores técnicos é... do Estado e talvez do Brasil estavam e estão até hoje inseridos na obra da ponte. Então, é uma obra complexa, é verdade, mas nós estávamos muito bem servidos de corpo técnico hoje, como tem até hoje. A equipe é basicamente a mesma que tá hoje na ponte quando tava no meu tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Paulo, os relatórios da supervisão apontavam a saída da CSA. Quem deveria ter informado essa situação para o senhor então?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Nos relatórios desse apontavam?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Talvez o pessoal da diretoria, mas eu não tô lembrado disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor não viu esses relatórios que apontavam a saída da CSA?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Deputado, pode até, pode até ter chegado esse assunto pra mim. Mas eu confesso que eu não, não, não... assim, primeiro que eu não me lembro, mas se chegou eu não quero dizer que: ó, pô... é...é... querendo dizer que não chegou. Não, não, só não me lembro. Sinceramente eu não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Paulo, essa é uma pergunta padrão e eu preciso lhe fazer: o senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza de agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado à execução dos contratos de reabilitação, restauração e supervisão da Ponte Hercílio Luz? [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Bom, Deputado, eu posso lhe assegurar e garantir a todos... é... tudo que foi de 2011 a 2014, tudo que foi... ã... medido, executado, foi tudo dentro das normas técnicas e pago, tudo dentro da norma técnica. É muito fácil saber se foi feito ou se foi medido algo a mais. E eu volto... Eu sei que é difícil... é... é... responder algo com outra pergunta. Se nós não tivéssemos... se nós tivéssemos alguma atitude não republicana com o consórcio, obviamente que... eu não iria romper o contrato. Se eu tivesse alguma

negociação, alguma negociata com o consórcio, que é aqui de Florianópolis, que todos nós conhecemos quem é, se nós tivéssemos alguma atitude não republicana, é... eu, com certeza, Deputado, eu... hm, iria sofrer todo tipo de coisa pra não romper.

É... e di... e digo e afirmo, não recebi ã... pressão de ninguém pra não romper. Ninguém, ninguém chegou pra mim e disse: pô, Paulo... é... Nenhum. Ninguém da classe política, ninguém do governo. Ninguém: "não rompe." A decisão de romper foi uma decisão em conjunto, né, foi uma decisão que tava o grupo gestor, que tava nós a... Claro que o... as... a... a... a questão técnica foi nossa, a decisão foi nossa. Em nenhum momento, e volto a dizer, se tivesse alguma, se nós tivéssemos tido alguma, alguma ação não republicana com o consórcio, é... hã, com certeza nós não, nós, com certeza não iríamos romper. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Paulo...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Eu durmo o meu sono sossegado, e volto a dizer: eu tenho a consciência tranquila. Se a ponte vai ficar ponta, pronta agora, que dizem que no final do ano ou no início do ano que vem vai ficar pronta, é graças a esta decisão do rompimento do contrato tom... tomada em 2014, que vamos ser justos, não foi só por mim, mas teve o meu dedo, né, teve a minha posição nisso e teve o apoio de todo o *staff* maior do governo do Estado para o rompimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Paulo, me perdoe insistir no assunto, mas nós verificamos aqui que a supervisora insistia, e nós temos vários relatórios aqui repetidos, em que a supervisora insistia no tema de que a CSA tinha deixado o contrato. Esses relatórios não eram verificados pelo senhor?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Pode ser, Deputado. É o seguinte, pode até ser que esteja isso aí e tenha passado despercebido pra mim o voto, só vou dizer que não me lembro. Agora, é... tecnicamente falando, tecnicamente falando, foi um conjunto de fatores que houve, que nós levamos para o rompimento de contrato. Pode até ser que esse, esse fato tenha vindo à tona, os nossos, os nossos técnicos e engenheiros tenham falado, eu só não... não... não, não, não me lembro, eu não me lembrava disso, mas, se foi, eu... é... deve ser, não, não tenho nenhuma dificuldade disso. A única coisa que eu digo é o seguinte: se a empresa realmente saiu, o corpo técnico que estava hoje... como tá hoje na ponte, né? Quem está na ponte hoje? São... o corpo técnico é... Eu não digo cem por cento, mas é basicamente a grande maioria que estava na ponte e continua hoje, né, com uma outra empresa, obviamente, mas... a parte da engenharia, a parte de projeto, a parte de soluções de engenharia, a parte... é... são os mesmos, tá? Então pode ser que tenha, mas eu te confesso que eu não me lembrava disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, eu estou satisfeito.

Mas nós deixamos um ofício também com o senhor que, depois deste depoimento, que solicita a convocação do ex-Governador Raimundo Colombo como testemunha aqui nesta CPI, ainda mais depois de todas as menções que foram feitas a ele. Eu gostaria de pedir também que a gente votasse a convocação, o convite ao senhor Raimundo Colombo para que pudesse vir a esta CPI também.

Por mim, eu estou satisfeito quanto às minhas perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, eu vou perguntar à Deputada Marlene: tem alguma pergunta a fazer?

(A Deputada Marlene Fengler manifesta-se fora do microfone: "Não.")

Deputado Sargento Lima? Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Senhor Presidente, senhores Deputados e todos aqueles que nos acompanham, na concepção do senhor, qual foi o principal fator ou motivo que levou à rescisão do contrato do Estado, Deinfra, com o Consórcio Florianópolis Monumento, com tão pouco da obra de restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz executado?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – O problema mais grave foi a questão do seguro... hm, do seguro de engenharia da obra. Á... tinha um seguro... ã... de engenharia, não é seguro de proposta e tal, isso é outra coisa, seguro de engenharia. A... nós... a empresa renovou, apresentou pra nós a renovação e um belo dia eu recebi um telefonema de um dos diretores da companhia seguradora dizendo que... é... é... quando a... a... quando a empresa renovou, renovou parcelado lá, em x pagamentos, e que tinha pagamento vencido, e que se a empresa não pagasse dentro de um determinado prazo, o seguro... eles iriam

cancelar o seguro. Aquilo foi assim, a coisa... uma coisa muito impactante quando eu recebi esse telefonema. De imediato eu pedi que a, que a, que a seguradora oficiasse, oficiasse isso por ofício. [Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

Então, esse foi um dos motivos do rompimento, o maior dos motivos. Mas eu tenho mais. Eu vou... Não está aqui, no laudo, até porque juridicamente não se sustentava, até porque eram umas coisas, mas vou dar um outro depoimento: tem barra de olhal. Barra de olhal é aquelas estruturas metálicas que fazem aquele sistema de arco, a fornecedora, uma das únicas fornecedoras que tinha no Brasil era a Usiminas, tanto é que a Usiminas forneceu esse produto depois.

Na época o consórcio foi comprar esse produto na Usiminas, ã... e a negociação durou um bom tempo, um belo dia eu recebi um telefonema da empresa, de um dos diretores da Usiminas, me dizendo assim: Paulo, presidente, o cadastro da empresa, fizemos uma reunião de diretoria agora, o cadastro da empresa não tem como nós fornecemos barra de olhal para a... a...o Consórcio Florianópolis Monumento. O cadastro não passa. Então, estou lhe dizendo oficialmente que não tem como, a não ser que eles comprem à vista, não tem como, da forma como eles querem. Nós vamos... Então eu estou, eu estou lhe avisando, como presidente, porque nós sabemos da importância que é a Ponte Hercílio Luz para o Estado.

Obviamente que como isso não tem documento, mas isso, aliado ao seguro, que... que não houve o pagamento, foi os... os motivos... ã... claro, e aliado isso o atraso de obra, foram os motivos maiores para a rescisão de contrato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Assim, seu Paulo, de forma bem sucinta mesmo, no entendimento do senhor a empresa mineira que o senhor citou... a...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER - A Usiminas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - A Usiminas. Ele não deu maiores explicações. Diga, de forma bem simples, o porquê da não aprovação desse contrato.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER - Era a questão cadastral, mesmo. A questão de, de, de... eles analisaram o balanço da empresa, é... cartórios e tal e tinha problemas... tinha problemas, a empresa tinha problemas financeiros com o mercado, vamos chamar assim. Não foi questão técnica, foi pura, exclusivamente financeira. Ele disse que, financeiramente, não tinha como eles venderem a prazo para o consórcio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Senhor Paulo, existiam pedidos de suspensão... Se existiram pedidos de suspensão ou paralisação da obra solicitados pelo Deinfra. Se existiram esses pedidos feitos pelo Deinfra.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER - Durante os quatro anos?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Sim.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER - Eu desconheço, Deputado, lamento. Eu posso até responder isso depois, por escrito, mas de cabeça não me lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Está o.k.

Quem determinava quando as notas fiscais poderiam ser emitidas? Quem era a pessoa responsável que determinava quando... sobre as emissões das notas fiscais?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER - Bom...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Acerca delas?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – O.k. Funciona assim e funciona assim até hoje. O engenheiro fiscal, chefe da obra, ele... ele... junto com a equipe de supervisão, junto com a sua equipe, eles fazem a medição, isso é uma coisa bem genérica, de todas as obras até hoje é assim, a não ser que tenha mudado agora, mas deve ser assim ainda. Eles analisam, discutem, fazem toda a medição. Depois a equipe de supervisão faz toda a revisão, medem lá item por item, vai para a equipe de engenharia nossa, que analisa, eles encaminham para a... a empresa, a empresa, às vezes, pode ser que não concorde, ou que concorde, ou que falte um item, ou que não falte um item. Se a empresa concordar 100%, o que pode acontecer? Ah, pô, esqueceram isso, ou algo, enfim, retorna, vai pra Diretoria de Obras, que toda a equipe da Diretoria de Obras faz uma análise minuciosa de novo em cima daquilo, ã... autoriza a ir para a Diretoria Financeira para pagamento.

Em poucas palavras, é mais ou menos, o fluxo é mais ou menos esse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Sim. O cargo da pessoa que determinava a emissão dessa nota?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Ah, é o engenheiro fiscal da obra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – O engenheiro fiscal.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – É. Nomeado por portaria pelo presidente do Deinfra. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – O senhor lembra do nome de algum deles?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Do meu tempo era o engenheiro Wenceslau, que vai... que estava aqui e foi pra outra sala agora. Ele que foi... o engenheiro Wenceslau...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Que vai ser o próximo...

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – ...foi o engenheiro fiscal da obra no meu... no, no, no, no tempo que eu estava lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Então o engenheiro Wenceslau era quem determinava quando as notas fiscais poderiam ser emitidas?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Tá.

Existia o pedido do Deinfra para segurar, ou seja, reter ali temporariamente as medições, ou seja, para não medir e não emitir a nota fiscal para pagamento? (*Pausa.*) O senhor quer que repita?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Não, eu só tô... é... assim... eu não me lembro se em dois mil, no início de 2011, 2012 por fluxo aconteceu isso, mas eu não lembro, Deputado, sinceramente desc... não... não posso dizer nem que sim, nem que não, porque sinceramente não me lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Te agradeço.

Senhor Presidente, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, a Deputada Marlene deseja fazer uma pergunta. Com a palavra vossa excelência.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER – Como o senhor falou sobre a questão do seguro, para que fique registrado aqui: em algum momento durante a execução, as obras da Ponte Hercílio Luz ficaram sem as devidas coberturas dos seguros?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – É, o seguro... a, a princípio não, Deputada, porque é... tão logo venceu, isso é uma condição que o... que a gente... que o Deinfra como um todo, né... venceu. O que aconteceu foi que renovaram e aí renovaram e parcelaram em... em... várias, algumas vezes lá, e aí dentro desses pagamentos atrasou, e aí uma questão contratual. É... a princípio não ficou a ponte sem, sem seguro. A não ser depois que foi rompido, que foi... é... a questão do contrato, entendeu? Quando a empresa rompeu a questão do seguro, aí, sim, tá? Aí nós, nós já estávamos encaminhando, inclusive, o rompimento do contrato.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER – E aí o seguro garantia do Consórcio Florianópolis Movimento (*sic*) foi executado?

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Bom, vamo lá. É... o último ato meu do rompimento foi a... encaminhar o rompimento, notificar as empresas, notificar as empresas do rompimento, e depois tinha alguns atos subsequentes que tinham que ser tomados, que era... Eu determinei que abrisse uma, uma... o nome não é sindicância, que abrisse... se, se, se eu ler aqui até pra, pra não citar nenhum nome equivocado aqui, enfim, que fossem tomadas as medidas dentro da lei, orientada pela Procuradoria Jurídica. E aí essas medidas seriam a partir de 2014, e aí eu deixei de ser presidente do Deinfra em dezembro de 2014.

Eu acredito que tenha sido... que tenham sido tomadas, mas eu desconheço, Deputada. O que tinha dentro do meu período eu tomei todas, não ficou nenhuma pra trás.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER – O.k. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Fim da participação da Deputada Marlene e não havendo mais quem queira perguntar, dou por encerrado o processo de depoimento do senhor Paulo Roberto Meller.

Vossa excelência está dispensado e solicito à assessoria que o encaminhe à área externa deste Plenarinho.

O SR. PAULO ROBERTO MELLER – Esse aqui eu posso?...

(*Entrega envelope com documentos ao Presidente.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência deixa também uma série de documentos, em especial cópia de todo o processo que trata da rescisão com o Consórcio Florianópolis Monumento, que é o PJ 264/2008PHL.

Então, muito obrigado ao senhor Paulo Roberto Meller.

(*O senhor Paulo Roberto Meller se retira do ambiente.*)

Solicito à assessoria que dê o recebimento, faça a devida anexação e numeração no processo e, depois, abra vista para os senhores Deputados que têm interesse.

Solicito que a assessoria traga para este ambiente a outra testemunha, o senhor Wenceslau Jerônimo Diotalleve para que possa prestar o seu depoimento.

Registro a presença do Deputado Coronel Mocellin. Seja bem-vindo.

E também, Deputado Bruno, quanto ao requerimento de vossa excelência para que seja submetido à convocação ou não do ex-Governador Raimundo Colombo, quero dizer a vossa excelência que este Presidente pode, de forma monocrática, autorizar ou não a sua convocação, mas como questões importantes tenho levado ao colegiado, não colocarei em discussão nem em votação porque não temos o quórum suficiente para colocar em votação. Fica para a próxima reunião. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Solicito à assessoria que dê entrada neste ambiente do senhor Wenceslau Jerônimo Diotalleve. (*Pausa.*)

Senhores Deputados... Senhor Wenceslau Jerônimo Diotalleve é o senhor?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor sempre responde aqui no microfone, por gentileza.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVE – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor recebeu o ofício de convocação para vir participar desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor sabe o motivo porque está aqui, porque foi convocado?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVE – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor, por gentileza, diga o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço completo. Por gentileza.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVE – Pois não. Meu nome é Wenceslau Jerônimo Diotalleve, sou engenheiro civil, servidor público do Deinfra desde 1982, resido na Avenida Governador Irineu Bornhausen 3.770, apartamento 603 B, em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor tem o direito de ficar calado, se desejar não responder qualquer pergunta, o senhor...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVE – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – ...não precisa responder.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVE – Senhor Presidente, eu posso...

Só posso fazer uma gentileza para o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Pois não.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVE – Eu... ontem à tarde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mas deixa eu primeiro terminar essa parte inicial, que eu já dou a palavra a vossa excelência.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVE – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor se faz acompanhar de advogado?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVE – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor (*dirige-se ao advogado do depoente*) diga, por gentileza, o seu nome completo, a OAB e... O senhor tem procuração?

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA – Sim, tenho. É Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga, OAB 16.290.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – E o endereço do seu escritório?

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA – Avenida Rio Branco, número 380, à... Edifício Barra Sul, salas 207 e 208.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhor Wenceslau, o senhor reconhece ele como seu procurador?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Quero aqui dizer ao senhor procurador que não é permitido interferência no depoimento do senhor Wenceslau. O senhor pode se dirigir a este Presidente em eventual questão de ordem, e a questão de ordem eu vou deferir ou indeferir, conforme o que determina a legislação e o curso desta Comissão processante.

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Está de acordo?

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA – De acordo, aham.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k.. Então o senhor também pode desligar o microfone... O.k. Senhor Wenceslau, por gentileza.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Pois não.

Prezado Presidente, ã... este foi o mês de... eu estou afastado desde o mês de fevereiro deste ano e ontem à tarde eu estive falando com o meu médico e... mas é... ele muito preocupado, mas é... eu... acho que o meu dever cívico, agora eu me furtaria... ele... ele... ele... isso... ã... eu disse assim... em consideração (*emociona-se*) só um pouquinho... à minha esposa e meus filhos, se eu sentir alguma coisa, eu peço então que o médico me acuda, mas eu tô muito tranqüilo, tá certo? Só quero dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor é que vai tomar a decisão. Se o senhor estiver em condições de saúde para dar o depoimento, nós prosseguimos.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Hum, hum, certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Se o senhor disser que não tem condições, eu interrompo imediatamente aqui agora.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Tá o.k.

Então eu... Deputado, assim, agora eu estou tranqüilo, tá certo? Mas se eu sentir, conforme o médico, palpitação ou qualquer coisa assim, ou alguma dor, então eu pediria, Deputado Bruno, então a gentileza de vossa excelência que... tá certo? Eu... eu... eu... assumi esse compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Se vossa senhoria desejar interromper, eu de imediato suspendo.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – O.k., agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Essa é uma prerrogativa do Presidente.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Porque eu acho importante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O advogado poderá, neste caso, urgentemente se manifestar. Mas faço questão de receber e ler... e ler os dois atestados. Um datado do dia 01/10/2019 e assinado pelo cardiologista doutor Mario Mussi, que diz o seguinte: (*Passa a ler.*)

"O Sr. Wenceslau Jerônimo Diotallevy é meu paciente e submeteu-se recentemente a angioplastia de lesão complexa no tronco da coronária esquerda.

Paciente corria grande risco de sofrer um infarto com parada cardíaca e atualmente está sob o uso de medicação antiagregante plaquetário.

É também portador de uma doença imunológica (Purpura (...)) controlada com medicação de auto custo.

Pode sofrer uma piora dessa doença se submetido a estresse.

Recomendamos que o mesmo seja dispensado de entrevistas que possam desencadear estresse emocional." (*Cópia fiel.*) Segundo atestado: (*Continua lendo.*)

"Caso durante o interrogatório o Sr. Wenceslau Diotallevy apresente sintomas de dor precordial, falta de ar ou palpitações o mesmo deve ser interrompido, pois o paciente é portador de doença coronária grave e stent colocado no tronco da coronária (...)." (*Cópia fiel.*) [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno*]

Senhor Deputado Bruno, vou tomar uma decisão, senhor Deputado. Com o atestado, nós precisamos ter uma reunião da CPI para tocar este depoimento. O atestado aqui dá toda uma condição que nós, como leigos em doença, não temos condição. Eu não quero correr esse risco neste plenarinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Peço, rogo a vossa excelência para que possamos, hoje à tarde, antes da reunião das 17h...

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA – Senhor Presidente, questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Só um minutinho que já conversei com vossa excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mas o advogado pode falar.

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA – O Wenceslau está se sentindo bem para depor e gostaria de depor mesmo. Ele só tem a ressalva de que, se por acaso, ele... ele tiver algum tipo de

sintoma, de palpitação ou alguma coisa, que se interrompa o depoimento. É só isso. Ele tem a intenção de depor e a gente veio pra isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Então eu quero deixar claro: conta e risco de vossas senhorias.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Sim, o.k.

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Qualquer isenção desta Comissão e dos senhores membros.

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mas com a liberdade de vossas senhorias interromper assim que entenderem necessário e eu faço a interrupção. Mas a responsabilidade daqui por diante é de vossas senhorias.

Eu fiz questão de dizer que o atestado, no meu entendimento, transmite um quadro grave. Então não quero assumir a responsabilidade. Se vossa senhoria, que é procurador, e o senhor Wenceslau, de viva voz, diz que tem condições, vou tocar a reunião, mas com responsabilidade única e exclusiva de vossas senhorias, o.k.?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor concorda, seu Wenceslau?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k.

Deputado Bruno com a palavra.

Solicito à assessoria que dê o recebimento dos atestados e faça a anexação no processo com a numeração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wenceslau...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Pois não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O primeiro relatório de fiscalização do Consórcio Supervisor Prosul-Concremat que o senhor assina é de junho de 2012. Nesse mês o valor medido foi de aproximadamente R\$ 680 mil, ou seja, muito abaixo da média prevista para o contrato que era de algo em torno de R\$ 3 milhões ao mês.

Como era, de forma objetiva, eu lhe peço, como era notório o atraso no cronograma... Aliás, o atraso era notório, conforme observado pela imagem - está no computador, se o seu advogado puder virar para o senhor, tem o cronograma.

(*O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor, por gentileza, põe essa pasta embaixo para ele ter visibilidade... põe para baixo.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Se precisar depois...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Até porque o senhor vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Se precisar, não há problema nenhum, eu interrompo.

O SR. RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA – O.k., então tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Não precisa tocar no computador, as telas vão ser movimentadas automaticamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Portanto, era notório o atraso no cronograma, como a gente observa na imagem. Ao final do relatório também foi consignada a seguinte informação pela supervisora: "Conforme vem sendo indicado nas medições do sistema do DEINFRA, o ritmo dos serviços por parte da empreiteira continuam lentos."

O senhor poderia nos detalhar qual é a situação que o senhor encontrou quando assumiu a fiscalização das obras da Ponte Hercílio Luz? A situação encontrada preocupou o senhor?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Sim. ã...eu entrei nos serviços da recuperação da Ponte Hercílio Luz porque eu li na manchete, de dez estacas executadas uma tinha caído. Como eu trabalhei na... nos serviços e como fiscal das obras da Ponte Pedro Ivo Campos, nas fundações e na geologia, eu procurei o diretor da área, o doutor Romeu, e disse: Ô, Romeu, o que que eu posso te ajudar? Porque achei que eu tinha essa obrigação, por ter tido conhecimento e conhecia geologia, né?

Então... a partir desse instante eu falei com o doutor Romeu e nós tomamos de imediato... O que que a gente fez? Recomendamos ao doutor Romeu e ele... ficamos a tarde inteira lendo todos as sondagens, os processos que estavam sendo executados, a... Aí mais no final da tarde o doutor Romeu fez um juízo, me convidou pra que eu

fosse até o décimo andar, onde estava o doutor Paulo Meller, que ainda há pouco me antecedeu, e nós explicamos pra ele: olha, a situação é que foram executadas dez estacas, uma caiu – estava realmente... se tinha dado pane, não sabia o que tinha acontecido. Então a primeira coisa, providência, eu comentei: oh, você tem que contratar uma empresa pra fazer a... o ultrassom das estacas para ver se as outras nove estacas estão... estão íntegras.

Isso aí até eu sugeri pra eles: oh, o senhor... é... acho que o Deinfra tem que encontrar uma emp... contratar diretamente, não pode ser via a consultora e nem via a executora. O Deinfra tem que contratar independentemente uma empresa, que eu conhecia porque eu tinha lá na... acompanhado os viadutos ali da BR-101, e... e lá foi usado na estaca hélice o ensaio *in situ*, feito por uma empresa de Curitiba, a In Situ. [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: Clovis Pires da Silva]

Aí foi u, u, u presidente do Deinfra autorizou, o doutor Romeu, nós chamamos a empresa, com a ajuda da própria executora, é... da empresa, a gente fez as capelas, fez tudo, preparou as plataformas e a empresa veio e fez ensaios e nós chegamos a... Aí ficou... A partir desse instante eu fui convidado pra chegar na ponte.

Bom, aí essa foi a minha entrada na Ponte Hercílio Luz.

Então o senhor pergunta o que que eu encontrei? Eu encontrei o seguinte: que a empresa é... tava a empresa Fundesp, uma das melhores empresas do Brasil executando as fundações, e o trabalho é um trabalho lento, porque não comporta é... dois equipamentos de perfuração, ela fazia uma estaca de cada vez, é... é uma das fundações mais difícil que eu vi até hoje na minha vida, porque são 30 metros de lâmina de água, né, são... depois ainda tem a parte de argila, às vezes tem outra região com a rocha inclinada e devido à correnteza, dá enchente e dá vazante ali no canal, é... não tem passada da água diretamente pra rocha. Pra instalar e colocar foi realmente uma maestria executada, e isso não é um serviço rápido, é um serviço lento, e isso foi sendo desenvolvido.

Isso, essa, é porque na... são duas coisas: uma, tinha alguns instantes... Deputado, eu sei onde é que o senhor quer chegar. É, é, é, um instante era que o serviço, realmente, de fundações naquela situação era lento, não dava pra inventar, não dava pra fazer a coisa, então realmente era um serviço e vinha sendo desenvolvido, é só olhar os relatórios. Claro que no âmbito geral havia um atraso, né, atrasos que, é... o senhor já comentou aqui, e... já assisti o senhor comentando que realmente houve uma dificuldade é... da empresa ter um fluxo de caixa, tá certo? A empresa não parou, nunca parou a obra nesse período, mas realmente ela não recebia, não tinha condições de ter um fluxo de caixa que, que... por isso eu realmente nunca pude multar a empresa, né? Porque eu tenho que reconhecer isso, Deputado, é, é, é inadmissível, Deputados, achar que não houve atraso. É só olhar as medições e ver que não houve pagamento. Isso eu não tô inventando, isso é um documento, né? Então isso que eu peço, é... eu tô sendo since...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, ao assumir a fiscalização da obra, na qualidade de representante do Estado, pensou em tomar ou tomou alguma atitude efetiva com relação aos problemas da obra, em especial com relação ao ritmo lento da executora?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Bom, é que... Eu repito pro senhor: nas... tinham... é... é... tinham sido feitas dez estacas, uma tinha caído. A primeira coisa que tinha que ser feito era completar as outras sete estacas. E isso não é um serviço rápido, isso é um serviço... tô trabalhando lá no meio do canal, com 30 metros de lâmina de água, direto na rocha, é, é, ã, ã, é... é um risco de serviço que não tem como inventar, tem que fazer com muito cuidado, a concretagem é demorado. Isso era o ritmo que era, foi imposta, nesse serviço que foi feito, que chegou a essa conclusão da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o cronograma foi mal feito?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Eu não diria... eu não sei, ô, Deputado, eu não diria que mal feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor diz que é natural esse atraso? O cronograma foi mal elaborado?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Não, o que eu tô dizendo... Não tô dizendo que é natural o atraso. O que eu disse pro senhor que o serviço estava sendo executado não dava pra ser rápido nem inventar nada, porque é um serviço perigoso, tanto que houve o sucesso na Ponte Hercílio Luz porque esse serviço foi bem feito.

Essas fundações que foram executadas lá com muito cuidado e com muita atenção, sustentaram 5 mil toneladas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Se não fosse bem feito, com calma e com... naquele ritmo que foi feito, não teria sido executado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O cronograma, então, foi bem elaborado na opinião do senhor?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Senhor, ali, o que eu tô lhe dizendo e respondo pro senhor, que ali não tinha como adiantar. Aquilo ali foi feito... que não tinha... Olha, eu tenho experiência, fui professor de Fundações, dei aula de Mecânica dos Solos, participei das fundações da... da... da Ponte Pedro Ivo como fiscal, como... da execução, e é aquilo ali, que eu afirmo dentro da minha RT, minha Responsabilidade Técnica, que é assim. Eu tenho RT junto ao Crea e eu assumo essa responsabilidade que eu tô lhe dizendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em junho de 2012 foi assinado o oitavo termo aditivo ao contrato original prorrogando o contrato por mais trinta meses, ou seja...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Certo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ... até 31/12/2014. Ao final de junho de 2012, ao invés das obras da Ponte Hercílio Luz estarem concluídas, o contrato estava, aproximadamente, apenas com 23% executado, mesmo após longos três anos e meio de contrato.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wenceslau, por que foi assinado mais esse termo aditivo e não foi rescindido o contrato na época? O senhor acreditava que realmente os 77% restantes da obra seriam executados nos dois anos e meio seguintes, quando 23% da obra foi executado em três anos e meio?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Deputado, o senhor me permite lhe mostrar uma coisa? Eu preciso pegar aqui na minha... eu vou dizendo, é, é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor está liberado para pegar o documento, se desejar. [Transcrição: Rafael de Souza Milke]

(O depoente folheia vários documentos. Pausa.)

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Eu vou, eu acho que eu vou, eu vou comentar. Mas Deputado, é o seguinte...

Deputado, a história, e o pessoal pega muito rápido, pega no meio, não conhece a história de Florianópolis que se vive aqui. Em 1968, Deputado, caiu a ponte, a, a, ponte Bridge, caiu, e o governo do Estado recebeu um aviso dizendo o seguinte: olha, a ponte igual a de vocês caiu. Então, houve uma corrida, né, de 70 a 75 pra fazer a Ponte Governador é... Ivo. Depois, logo em seguida, né, é, é, u, u tráfego começou, veio o problema da ponte, que foi feita a Ponte Pedro Ivo Campos e, assim, sucessivamente.

A... Deputado, então respondendo pro senhor, em mi... i, i, u, u o que que, por que eu quero responder? Que em 1981, em dezembro de 1981, Deputado, descobriu-se que a Ponte Hercílio Luz tinha uma das barras de olhais estavam partida dentro. A ponte caía, podia cair a qualquer instante, Deputado. E só tirou essa, essa possibilidade da ponte cair e matar um monte de gente, passando por baixo, um monte de gente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wenceslau, eu peço para que responda à pergunta. A pergunta era outra...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Eu tô respondendo, Deputado, tô respondendo pelo segui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Deputado, tô respondendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno, Deputado Bruno, o depoente está respondendo.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Por que... o que, o que... Vamos dizer assim, numa obra... a partir de 1982 tínhamos todos que participaram da obra tinham sob si essa... o risco da queda da ponte. que só tirou esse risco agora em julho de 2019. A ponte poderia cair. Se desse vento de 150, 140 quilômetros por hora, e deu um furacão no sul e deu um furacão no oeste, a ponte cairia, e ia cair em cima dos carros que estão passando na Beira-Mar Continental, ia passa... ia cair em cima do continen... ã... no canal e em cima da Beira-Mar Norte. Talvez hoje aqui estivesse cheio de familiares de pessoas mortas.

Então, o que que nós procurávamos, Deputado? É deixar a ponte, que nós chamamos de ponte segura, porque isso, quando era ainda recém-formado, o engenheiro Gabriel Eustáquio me mostrou um relatório da Ponte Hercílio Luz, feito lá em 1981, com as fotos originais e usou uma expressão, dizendo o seguinte: a ponte não cai porque

Deus tá com a mão assim. (*O depoente demonstra com as mãos.*) Por isso, quando a ponte segura, que aparece aqueles... as colunas lá. Se Deus fizer com a mão assim (*depoente demonstra com as mãos*), a Ponte Hercílio Luz cai.

Então, senhor, o que nós estávamos lá... a, a nossa preocupação, Deputado, era deixarmos naquele contrato ainda, porque se a gente rompesse o contrato, quanto tempo que nós ficaríamos em questões judiciais se não tivesse uma razão muito forte pra romper o contrato. E, e, e, nós só chegamos a essa conclusão lá em, em, em 2003, lá no início de 2004, onde que nós tivemos motivos pra romper o contrato. Por isso que foi feito, porque nós precisávamos que as obras continuassem pra ponte não cair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhor Wenceslau, eu vou lhe interromper um pouquinho e pedir que vossa senhoria também seja mais sucinto na sua...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – O.k. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – ...nas suas respostas, e o Deputado Bruno, igualmente, também seja sucinto nas suas perguntas.

Por gentileza, Deputado Bruno, pode continuar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, então, acreditava que seriam completos esses 77%, das obras, nos próximos dois anos e meio?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Não, senhor. A meta, senhor, era deixar a ponte segura. Essa era a meta, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em todos os relatórios do consórcio supervisor, que o senhor também assinou, de junho de 2012 até junho de 2014, a equipe técnica do Consórcio Florianópolis Monumento era composta apenas pelo senhor Gleison Lemos, engenheiro coordenador, e pelo senhor Paulo Ney Almeida, que é arquiteto. O consórcio executor não tinha mais nenhum engenheiro na obra, apenas o engenheiro Gleison?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Senhor, é... o meu contato, né, é... o meu contato oficial com o consórcio é o representante do líder, que foi aprovado no Conselho do Deinfra, que era o preposto, que era o engenheiro Gleison. Então esse eu tinha um contato direto ali na obra com ele e acredito que ele tinha um ou dois auxiliares. Agora, no mais, na inteligência da empresa, eu não tinha acesso e não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quem estava mais em campo, além do engenheiro Gleison?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Olha, eu me lembro do Gleison e tinha parece acho que o engenheiro Fernando, um técnico, que eu via pouco, mas mais diretamente o, o... porque o, o meu contato, vamos dizer de nível hierárquico, é o engenheiro Gleison, aprovado pelo Conselho do Deinfra e estava lá.

Então, nos dia a dias, nas vistorias da obra, no acompanhamento, a gente chegava lá de manhã saía à noite, sempre com a presença do engenheiro Gleison.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não deveria verificar a equipe de campo contratada?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Se... u... senhor isso é... pra aquele serviço que estavam executando na época, era o suficiente. Porque a empresa, a, a, a, empresa Fundesp tinha um engenheiro que tava fazendo as fundações, tinha uma equipe técnica. A parte... todas as, as outras empresas tinham a, a, a, engenharia também, não era só o Gleison, não. As outras... as empresas que eles estavam lá, que eles subcontrataram, eles tavam é... tinha a equipe técnica altamente qualificado. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Apenas a presença do engenheiro Gleison cumpria com as exigências do contrato? Do edital e do contrato?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – É como eu to... tô repetindo, Deputado, não era só o engenheiro Gleison. Eram engenheiros, por exemplo, do, da, da, da Fundesp, eram engenheiros das outras empresas que prestavam serviço pra eles, que eram também engenheiros, então era uma equipe que se completava. E foi permitido pelo Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quando o senhor recebia o relatório da supervisão contratada, o senhor conferia os nomes dos relatórios, se batiam com os engenheiros que estavam em campo?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nesse mesmo período de dois anos, de junho de 2012 a junho de 2014, o consórcio supervisor elencou um número que variou de 5 a 7

profissionais da Prosul-Concremat que atuaram na supervisão das obras da Ponte Hercílio Luz. Escolhemos o mês de junho de 2012 para ilustrar os profissionais citados pelo relatório. Está na tela a sua frente.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O consórcio supervisor atuava com todos esses profissionais realmente? Eles estavam diariamente na obra?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – U... ó, o engenheiro Celso Carvalho como é, é, é... não, não diariamente, mas era um dos, dos engenheiros com maior é... capacidade, é... com vasta experiência, era um, uma pessoa com quem eu, eu sempre chamava, ou ele vinha lá, qualquer semana.

No dia a dia ficava lá o Sebastião presente, o Eduardo Perotti, que é da Concremat, né, u, u Anderson participou, o Gerson, o André Luiz, que ficou até pouco tempo lá, e o, o, o José Martins, sim. Eu não me lembro se era o José Martins assim, mas o... tinha sempre o topógrafo que era obrigado ter toda a equipe de topografia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Os outros faziam apenas visitas esporádicas?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Não. Não, não. O que eu tô dizendo é o seguinte: que o Celso era... ele é diretor da empresa, mas ele já tinha empresa, teve empresa de engenharia, ele tinha um largo cabedal, que eu gostava muito de convidar o Celso para nós dis... é... no sentido... tirar dúvidas, era uma espécie de um... eu gostava muito de trocar ideias com ele, porque ele tinha um conhecimento muito bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quais que categoricamente estavam diariamente na obra?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Menos o Celso, todos os outros.

Veja, eu não sei se o José Martins... porque o topógrafo de vez em quando mudava, né? Então, assim, mas o... eu digo pro senhor e afirmo que o topógrafo era obrigado a estar na obra diariamente porque era o (*ininteligível*). O André, que era o chefe do escritório, ficou trabalhando, então continuou trabalhando lá. O, o, o, o Gerson... aí, o, o meio ambiente, sempre tinha alguém do meio ambiente, era obrigado a ter por causa dos relatórios do meio ambiente, eu não sei se exatamente era ele, mas é o... a função do técnico, sim. Um engenheiro auxiliar, tinha lá também o engenheiro de obras de arte, o Perotti, sim, o Perotti, tem vários (*ininteligível*). E o, o, o Sebastião que era u... né? Era, era... seria hierarquicamente, que era o meu contato com ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wenceslau, com relação aos profissionais que atuavam na obra pelo consórcio executor, já não havia mais ninguém da CSA trabalhando no canteiro, correto?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Senhor, como eu falei, o meu contrato oficial, o meu contato oficial é com o engenheiro Gleison. Eu, é... podia ter lá algum técnico que eu não soubesse, tá? Agora, o que eu posso... é... é... é isso que eu tô lhe dizendo, senhor, não tenho... é... é... eu não sei, eu não ia lá perguntar qual é a tua... sabe, tu é disso, do outro não... Eu não tinha... nós... é... o meu contato oficial era com o engenheiro Gleison, toda a minha comunicação, isso é previsto no contrato, que a minha (*ininteligível*) oficial é com ele. Agora, lá dentro do escritório dele, se ele tinha gente ali, lá, lá, lá... eu... deve ter porque... eu afirmo pro senhor que tinha. Agora, eu não posso dizer o nome, é o fulano de tal, o fulano de tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor afirma que existiam pessoas da CSA trabalhando ainda no canteiro?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Não, não tô afirmando isso não, no canteiro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tá.

Quais eram os critérios de medição para os projetos? Se fossem entregues, o senhor como fiscal simplesmente considerava medidos e os valores eram pagos ou havia uma análise dos projetos entregues?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Tá, primeiro vamo definir o que que é projeto, Deputados, tá?

O projeto... Uma coisa é projeto, é desenho de engenharia, outra é o que... o serviço executado. Qual que o senhor está se referindo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Aos fornecidos pelo executor.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Então são os serviços executados, o.k.?

Os serviços executados... Por exemplo, nessa, nessa primeira fase, as estacas. Como é que a gente... A gente acompanhava, tinha a topografia, nós (*ininteligível*) a cota de início, medíamos a, o comprimento do primeiro mensal com a camisa

metálica, medíamos a, o diâmetro, o comprimento da camisa, depois era feita a lim... toda a lim... o sistema de lim... de lim... de limpar por dentro da camisa, depois era colocado a armadura... é... depois era colocado a broca pra fazer a perfuração, nós medíamos a topografia, media o início da perfuração, o final da perfuração. Tudo isso tem os relatórios que acompanham isso, relatórios de campo pela equipe de técnica de campo, acompanhada por um topógrafo, auxiliares técnicos, é uma equipe grande que acompanha, apontadores, nós chamamos, que faziam parte do processo. [Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E os projetos complementares entregues pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim, a... é... i... isso aí foi a, a nossa sorte que nós conseguimos fazer, porque se não tivesse contratado esses proje... pagos esses projetos da, que até eu trouxe aqui a cópia da, da, de tudo que foi feito, Deputado, hoje a ponte não tinha, não tava sendo entregue.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E como era feita a medida desses projetos?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Eu, é... conforme a, a, a, da, a planilha, né, contratual licitada é por metro quadrado, tem lá o índice lá, que a gente fazia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor analisou algum projeto que o Consórcio Florianópolis Monumento contratou com a RMG Engenharia?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim. Sim, tivemos bastante dificuldade inclusive. Inclusive, é, é porque foi um, um valor grande, o projeto é... porque a gente teve dificuldades, né? Agora, o que que a gente fez? Até procurei a universidade, né, pra me ajudar, u... e eu tive o professor Noronha, que me deu uma mão. Até eles formularam até uma proposta pra... é... pra gente auxiliar e eu tive que estudar muito. E dependeu muito de mim e muito, inclusive, do engenheiro Celso, que me auxiliou. E, e graças a Deus deu certo, senhor, porque a transferência de carga terminou lá no mês de, de julho desse ano, né, senão não táriamos entregando a ponte agora, o atual Governo não entregaria a ponte agora em dezembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E os projetos foram feitos somente pela RMG?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim, era RMG. A ART da obra é da RMG.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O consórcio projetista (Sondotécnica-Ingeróp) também recomendou a revisão do projeto original, bem como das condições atuais da ponte, dado o lapso temporal entre a concepção do projeto e a tentativa de licitação da obra. Sabe por que o Deinfra não tomou tais atitudes?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Deputado, eu, eu não entendi bem o que o senhor tá perguntando, mas, assim, fosse um pouco mais explícito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Consórcio Sondotécnica recomendou a revisão do projeto original, já que o projeto original... entre o projeto original e a licitação...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...do edital para reformar, há um lapso de tempo muito grande, e ele fez essa recomendação. Por que o Deinfra não tomou a atitude de revisar o projeto original?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Senhor, eu entrei lá na ponte em maio de 2012, isso aí, eu não fiz parte desse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em dezembro de 2012 é apontado no relatório do Consórcio Prosul-Concremat a seguinte informação, que está na tela do seu computador: "O serviço em execução no período pela Consórcio Florianópolis Monumento são: Serviços praticamente paralisados; Serviços de manutenção do Canteiro de Obras;"

Senhor Wenceslau, por que o Consórcio Florianópolis Monumento simplesmente paralisava os serviços?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Ele... Professor, é, é importante, eu só posso estender um pouco, Presidente, porque é importante entender, é assim, a lógica. Eu, eu, eu entendo, Deputado, assim, a dificuldade porque eu tô lá sete anos, né, fiquei sofrendo lá no dia a dia sete anos, então, é claro que eu adquirir um conhecimento, que é difícil pra alguém que tá analisando agora entender.

Então, mas o que eu quero dizer é o seguinte: nós tivemos dois períodos da obra, Deputado. Um período pra sair daquele sufoco de fazer o serviço embaixo d'água. Me lembro que até o Governador reclamava: olha, eu estou (*ininteligível*) dinheiro e a obra não tá

aparecendo, porque estava submerso, né? Até que chegamos, começou a aparecer as estruturas, então a opinião pública começou a mudar, porque começou vê a estrutura aparecer, começou a mudar a figura da Ponte Hercílio Luz, porque ninguém via nada.

Isso que eu tô dizendo é por quê, Deputado? Porque nós tínhamos dois pontos, que quando chegou o dinheiro no Deinfra, que foi o mês, se não me engano, de maio ou junho de 2013... Que eu entendo, Deputado, o seguinte, um contrato, Deputado, são feito por duas partes, né? Então é o seguinte, duas partes que eu digo o seguinte: os dois têm que cumprir as suas partes. Somente, Deputado, essa balança foi equilibrada em maio de 2013, que foi aportado pro Deinfra, na conta do Deinfra, R\$ 75 milhões vindo do BNDES. Aí, Deputado, a regra mudou, disse: olha, agora vocês vão ter que sair correndo. E se olhar ali naquele (*ininteligível*) no nível de medição o senhor vai ver que de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro de 2013, vão ver quanto que a obra deslanchou, quanto que a obra teve lá, Depu... isso é importante entender.

Agora, o que aconteceu depois disso? Infelizmente, Deputado, infelizmente nós soubemos que o processo que levou à rescisão contratual que a empresa não repassou esses valores pras... como é... pras empresas que tavam trabalhando com ele. Se olhar, se olhar, todas as empresas entraram na Justiça por não receber. Nós repassamos, eles fizeram o serviço, as empresas subcontratadas realizaram os serviços. Se olhar lá vários... tem vários processos na Justiça as empresas cobrando o que ele não repassou. Aí, a, e, e, e, isso que foi a causa da rescisão contratual.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, aproveitando essa mesma pergunta, por que havia tanta variação nas medições? Eu vou projetar um *slide*, gostaria que o senhor olhasse, está no computador na sua frente.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Aqui, o.k., o.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O consórcio responsável pela supervisão da obra reduziu a equipe e consequentemente o faturamento, haja vista que a obra estava praticamente paralisada em alguns períodos? [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Não, não, Deputado, tem que ver se... por exemplo, nesses picos às vezes era, era fornecimento de material, não era serviço. Então tem que ver medição por medição, Deputado. Provavelmente, por exemplo, quando ele começou a comprar as peças pra montar a estrutura inferior, então começou vir a carretas, carretas do material, então aquelas medições deram picos, porque ele tava, nós estávamos pagando o fornecimento do material.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em algum momento o Deinfra aplicou alguma penalidade ou sansão ao Consórcio Florianópolis Monumento em virtude dos atrasos na obra, descumprimento de cronograma ou outras infrações?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Deputado, pra uma empresa que vivia de, de or... de serviços, a rescisão contratual com todas as penalizações previsto é cruel, Deputado. Tem que ficar dois anos sem poder participar de nada, não é simples não, Deputado, tirar uma empresa com o cabedal que eles tinham em jurídico lá, é, é, eles ficaram... se o senhor olhar lá na, na, na, na punição prevista na 866 (*sic*), no caso deles, eles ficaram dois anos sem poder ter nenhuma obra do Estado, foram penalizados e está um processo correndo junto no Minis... à Procuradoria-Geral do Estado ressarcindo os danos lá que a gente descobriu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E antes da rescisão, alguma penalidade?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Deputado, como lhe falei, Deputado, nós não.. não penalizamos anteriormente a junho, tá certo, porque não tinha, o Deinfra não tinha regularizado no pagamento, a empresa tinha dificuldade, ela não parou a obra, isso que é muito importante, Deputado... A... a empresa nunca parou a obra, ela começou a se ajustar com os recursos que ela tinha, né? Então ela sempre foi tocando e foi se adequando ao cronograma financeiro oferecido pelo contratante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então a culpa do atraso foi do Deinfra?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Senhor, o Deinfra é uma autarquia que depende de uma decisão de governo, uma decisão da Secretaria de Estado da Fazenda. Uma obra como essa o governa... o... Deputado, se o Governador não botar a mão e dizer assim: eu quero a obra, a obra não sai.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então a responsabilidade foi do Governador?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Senhor, eu digo que foi uma decisão de prioridade de governo que nós não pode... a autarquia não interfere nisso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na opinião do senhor o consórcio não teve nenhuma responsabilidade em relação ao atraso?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Deputado, e, e, ele podia ter recorrido a, a, a, a, a, ao, ao mundo financeiro, né, pra dar... mas isso demandaria que ele teria que ter, né... e, e, e sem fazer isso nós pagamos bastante, a medição de dezembro, Deputado, foi 4 milhões e 600, dezembro de 2014, 4 milhões e 300, reajustado é a mais, né? E, e, e a gente acreditava que aí ia ter um sufo... ia dar uma refres... pra, pra entrar 2014 deslançando e não aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor intercedeu alguma vez em favor do consórcio executor para que não fosse penalizado ou sancionado pelo Deinfra? O consórcio Prosul-Concremat, alguma vez fez isso?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Não, senhor, não. O, o que se... nós sempre informamos a, a, a, sei lá, ao gerente de Contratos, ao diretor, nós sempre se reportamos em todos e isso até foi respondido ao Tribunal de Contas, à DLC, que todos os nossos relatórios... dizendo que a obra tava em atraso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Contrato PJ 264/2008 previa a aplicação de multa de mora de 10% do valor da fatura, relativa aos serviços executados em atraso, desde que o atraso seja responsabilidade da contratada. Esse dispositivo foi aplicado no período em que o senhor foi o fiscal do Deinfra na ponte?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Justamente... Deputado, com a responsabilidade da falta de recurso não era da empresa, era muito pelo contrário, se tivesse recursos ela ia estrebuchar pra fazer, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas entretanto, no período de 2011 a dezembro de 2014 foram pagos R\$ 33,887 milhões ao Consórcio Florianópolis Monumento, sendo que não se exigiu o desconto de mais de R\$ 3 milhões em multa, descumprindo o contrato. Existiu algum motivo para não exigir a aplicação dessa multa?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Do meu período, Deputado, de 12 de maio, né, de, de 2012, até a... nós aí... no final de 2013 quando entrou o processo pra rescisão contratual, eu não tinha condições de multar. Isso é uma questão...

(A cadeira do depoente cedeu.)

Ué, caiu o banco.

Isso é... eu asseguro e assumo a responsabilidade das obrigações de responsabilidade técnicas que me cabem. Eu, eu, eu, eu, eu sou contratado pelo Deinfra (*ininteligível*) pra administrar um contrato, e o meu contrato, primeiro, dentro das atribuições do Deinfra, né, eu, eu tenho que ter o discernimento. Primeiro, se a obra está sendo executada conforme os aspectos físicos da obra, essa é minha função primordial, né? Se as condições... se fisicamente a obra está sendo executada, conforme o... o contrato. Isso é a minha primeira missão e a maior da minha missão, né?

Agora, também eu tenho que ter o discernimento se a empresa tá com dificuldade, a gente sabia, acompanhava, de fornecimento de caixa, eu não podia ir lá multar a empresa, né, se eu sabia que ele não conseguia, não conseguíamos manter, né, um fluxo de caixa regular pra empresa, Deputado. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor fala muito nisso, que o Estado não tinha recurso, mas a obra já começou em atraso, ela nunca atendeu o cronograma, nenhuma medição nunca alcançou as metas, desde o começo. A obra deveria começar, por exemplo, em dezembro de 2008 e começou somente em fevereiro de 2009.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Não é do meu período, tá certo? Mas, se o senhor quiser eu posso tentar dar uma explicação pra isso, se o senhor quiser. Mas ó, eu vou dizer assim, como curioso, como curioso, com... ajudar é uma das razões de eu estar aqui é pra ajudar na solução e entender o processo.

Se o senhor concordar que o... não é isso que o senhor falou não é do meu período, mas se o senhor concordar, eu posso é... é... tentar explicar por quê. É um pouquinho mais extenso, Deputa... Presidente, porque tem que (*ininteligível*) o processo da ponte, aí, aí é mais fácil entender se for o processo... Se o senhor quiser, eu posso responder.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não precisa.

Quais as medidas que o governo tomou para resolver a situação da falta de dinheiro? Ele parou de lançar obras até resolver o que estava em andamento?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Ah, professor, isso o senhor tem que perguntar pro governador, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É, pois é... E o governo não tinha dinheiro para pagar... enfim...

O Consórcio supervisor Prosul-Concremat se limitava a fazer apontamentos em relatórios mensais ou alguma vez indicou ou recomendou alguma medida mais concreta e incisiva relativa à situação do atraso e lentidão na Ponte Hercílio Luz? O que foi recomendado?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Insistentemente todo relatório, né, repetidamente, está lá todos os itens dizendo que a obra estava em atraso. Isso era função deles, era função do... demonstrar a realidade da obra e era visado por mim e nós enviávamos ao nosso diretor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E alguma vez o consórcio supervisor foi questionado pelo Deinfra acerca da real viabilidade da execução completa das obras conduzidas pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – ã, Deputado... é... não me lembro de ter feito uma pergunta pra eles, mas o... tava claro na posição deles nos relatórios, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em algum momento durante a sua execução as obras da Ponte Hercílio Luz ficaram sem as devidas coberturas dos seguros, especialmente o seguro de risco de engenharia?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Entendo essa vossa pergunta, porque eu levei um susto na última, quando foi o engenheiro lá, é... eu queria só confirmar se ele disse isso mesmo, porque eu li que a obra foi executada sem o seguro de risco de engenharia. O senhor confirma isso? Ele falou isso? Porque eu li no jornalzinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu estou lhe perguntando.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Não, é que eu tô... Não, eu tô perguntando se ele afirmou isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não... A resposta é do senhor, me perdoe, mas se o senhor não souber, não sabe. Mas eu preciso...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVY – Não, eu sei. Mas eu quero... É, é que eu li uma coisa que discordo totalmente, por isso que eu tô lhe dizendo.

Então vou lhe dizer o seguinte – essa é uma história longa, Deputado, bora lá. É uma história longa. (*Risos.*)

Deputado, a... não era da minha época, pra assinar a, a, o, o primeiro, o primeiro, o primeiro engenheiro residente questionou os seguros, isso lá em 2008, e foi então montar todo o processo, respondeu o consórcio... Assim, ó... Até ã... ficou... vou resumir. Ficou uma dúvida, tá certo, do seguro de risco de engenharia do período de 16/10/2012, tá certo, até 2014. O outro, nós tinha uma apólice.

Quando foi assinada a prorrogação de prazo, que foi lá em junho de 2012, necessariamente quando... eu fui favorável à prorrogação, o Consórcio Prosul-Concremat foi favorável à prorrogação do, do processo, nós mandamos isso pro nosso diretor, o diretor mandou e foi para as esferas. Tá certo?

Então pra assinar essa prorrogação, tá certo, era obrigado a tá vigente o seguro de risco de engenharia, que venceria... o contrato, esse contrato foi assinado no dia 6, a prorrogação no dia 6 de junho, e a apólice vigente era até o dia 16/10/2012.

Então quando foi assinada a prorrogação de prazo estavam todos os seguros vigentes, eu tenho aqui a cópia das apólices. Ficou... E lá em 2013, em agosto de 2013, recebi do pre... ã... ã... um pedido lá, que já veio da presidência, um pedido de prorrogação de prazo do consórcio em relação ao seguro de prorrogação do contrato do, do seguro de engenharia, risco de engenharia e... a... e o da... do contrato.

Então, o que eu quero dizer pra você é o seguinte: naquela, naquele instante eu devolvi o ofício pro presidente dizendo assim: senhor presidente, eu não tenho comprovação, tá certo, não tenho comprovação que o consórcio, não tem aqui nos autos e não comprovou, que ele realmente fez a renovação do seguro. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

Isso... Que que causou isso? Nós caminhamos pra rescisão contratual. Por quê? Porque a... aí foi passando, aí a nossa jurídica... Porque o consórcio pediu que a gente fosse fazer um, um, um, um aditivo pra pagar a renovação do seguro, e nós... Quando foi feita a prorrogação de prazo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Justamente.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim. E a prorrogação do prazo foi sem ônus pro Deinfra até dezembro de 2014. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – A posição...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wenceslau...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Aí, aí partimos pra romper o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A pergunta é simples: o seguro garantia do Consórcio Florianópolis foi executado?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim, Deputado, ele executou. Quando caiu a estaca, sabe, Deputado, ele fez outra estaca com 5 metros de profundidade a mais na rocha e ele acionou o seguro. Quando foi acionado, ele assinou o seguro, tava lá, a... a... a... a estaca caiu e... esse... o, o, o, o dono da empresa lá avisou o engenheiro residente e disse: olha, toca a ó... toca a outra, ele, ele assumiu os custos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wenceslau, ao final do contrato o Deinfra executou o seguro?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Ah, o senhor tem que ver com a nossa jurídica, senhor. Aí eu não... Eu sei que foi comunicado, inclusive a empresa tem lá... Isso eu tenho que ver com a nossa jurídica, que isso não faz parte do fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wenceslau, a senhora Karla Regina Krauel, que foi administradora da CSA Ltda. (empresa que se consorciou com a Construtora Espaço Aberto, formando o Consórcio Florianópolis Monumento), foi ouvida como testemunha nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e informou que entre os anos de 2011 e 2012 ela, como representante da CSA, se reuniu com alguns servidores da área de infraestrutura do Estado, um engenheiro responsável pela ponte, Secretário de Estado e o próprio Governador do Estado à época, o senhor Raimundo Colombo, com vistas a informar ao Estado que a empresa CSA estava saindo das obras da ponte e que somente a Construtora Espaço Aberto seguiria conduzindo os trabalhos. O senhor participou de algumas dessas reuniões?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Eu, eu a recebi lá no escritório, tá certo? E ela... um termo mais simples, chorou as pitangas de um monte de coisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ela comunicou o senhor a saída da CSA?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Não me lembro. Ela, ela tava inconformada... ela... mas isso é uma coisa muito pessoal, ela foi lá e eu a recomendei... O que que eu recomendei? Você tem que... isso, isso não tem que falar comigo, não, porque eu não, eu não tenho nada que ver com o problema interno do consórcio. Eu, aqui... a figura que eu trato é com o representante. A senhora procura...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Onde foi a reunião?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Foi lá no nosso escritório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quem estava presente?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Só ela e eu, por isso que eu não posso falar nada, porque vai ser a minha palavra contra a dela. Então peço até pro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quem determinou a continuidade do contrato, mesmo com a saída da CSA?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Isso... Essa figura eu nunca, nunca passou por mim, essa rescisão... Deputado, isso nunca passou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor como...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Na época, na época, Deputado, quando ela levantou essa hipótese, porque até ela fez a pergunta, chegou ao Governador e o processo voltou. O pro... o processo chegou, aí eu fui na Junta Comercial, Deputado, e o consórcio tava vigente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, como fiscal da obra, então acreditava que a CSA continuava trabalhando?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mesmo o senhor estando em campo todos os dias e não sabendo de ninguém da CSA lá, como o senhor afirmou aqui...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Não, o senhor tá enganado, eu não disse isso. O que eu falei pro senhor foi o seguinte: que o... o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – (Ininteligível) da CSA estava trabalhando lá?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – ...principalmente...

Deputado, se o senhor olhar na licitação, a CSA é responsável principalmente pelo sistema de sus... de suspensão da ponte. Com o quinto aditivo, que a suspensão tirou a cancela e começou de baixo pra cima, ainda não se fazia necessário tecnicamente os serviços presenciais da CSA na obra, porque eram obra... um serviço novo que apareceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Aí... Isso foi aprovado lá no quinto, antes da minha estada.

Então assim, agora, o que eu afirmo pro senhor, que eu estive lá presente e vi (ininteligível), o consultor deles, o seu Khaled, que foi citado aqui... Recebi o seu Khaled lá duas vezes na obra, tá certo, ele como consultor da CSA... na CSA, perdão, consultor do consórcio, que no edital aparecia como da CSA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Ele foi lá... E... e... e... Deputado, foi muito importante que ele foi lá em duas, duas questões importantes. Uma era...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Wenceslau, o Deputado pontua uma pergunta, responde, porque está se transformando num diálogo isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pontua a pergunta e dá-lhe a resposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor... Os relatórios da Prosl apontavam que a CSA não estava mais na obra. O senhor não teve conhecimento desses relatórios da empresa, do consórcio supervisor?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Não, isso aí eu não me lembro. Isso aí eu gostaria até de ler, porque eu não me lembro disso não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Estão repetidos os contrato, aí eles em si... E aí o...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – É?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Aí o consórcio supervisor insiste nesse tema. O senhor não tinha consciência disso?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Não me lembro agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Qual era o grau de conhecimento e acompanhamento das obras da Ponte Hercílio Luz que os diretores e presidentes do Deinfra e o Secretário de Infraestrutura tinham? Eles iam no canteiro de obras, requisitavam informações diretamente ao senhor?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Praticamente um dia sim, um não eu fazia uma reunião com o diretor de Obras. Eu ia lá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o presidente do Deinfra? [Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Também. Não um dia sim, ou não, porque o presidente viajava e tudo mais... pelo menos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Qual era a...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Pelo menos uma vez por semana ou cada quinze dias a gente se reunia e ele também ia ali na obra. Assim, às vezes, tu passavas numa saída e ele passava, ele passava pela obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – As situações dos atrasos, descumprimento dos cronogramas, paralisações dos trabalhos, do ritmo lento de execução da obra, enfim, os principais e mais relevantes assuntos eram conhecidos por essas autoridades?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim, até porque oficialmente nos nossos relatórios... ah, ele passava... quando sai de lá do nosso escritório, Deputado, passa por um gerente de contratos, passa por um gerente de obras, passa pelo diretor, né, e passa por todo o sistema, todo mundo é obrigado a tomar conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o Governador Raimundo Colombo, qual era o grau de conhecimento e acompanhamento das obras da Ponte Hercílio Luz que ele tinha?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Ele, num determinado período, é, é, é... ia todo dia lá na obra (ri). Está certo? Quando ele disse: eu vou fazer a obra, ele tomou essa decisão e fez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E ele requisitava informações diretamente ao senhor?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Não, ele evidentemente tinha educação, porque tinha um presidente, isso é hierarquia, mas... geralmente quando ele pedia as informações, o, o, o presidente pedia, eu informava o presidente ou o Secretário levava pra ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – As situações dos atrasos, descumprimento dos cronogramas, paralisações dos trabalhos, do ritmo lento de execução da obra, enfim, os principais e mais relevantes assuntos eram conhecidos do então Governador Raimundo Colombo?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tinha contato com o Governador Raimundo Colombo?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Eu tive contato com o Governador em dois instantes. Assim que começou a surgir a obra, ele ia, começou passando muito, ele começou, criou amor pela obra e ia lá. Tá certo? Assim, quando ele resolveu a questão financeira da obra, que ele conseguiu trazer os recursos do BNDES, ele realmente sentiu firmeza e ficou acompanhando a obra (*ininteligível*). Todos os instantes em que ele chegava ou saía da cidade, não tinha horário, ele passava pela obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em relação – e aí eu peço para o senhor ser realmente breve na resposta...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em relação à estrutura provisória, sabe-se que essa estrutura não foi feita para durar mais do que cinco ou seis anos, inclusive essa é a previsão de próprio projeto. Em 2015 a empresa Empa S/A foi contratada para finalizar essa estrutura, iniciada em 2010.

Falando-se especificamente da treliça espacial, cuja montagem foi iniciada em 2011/2012, sabe-se desde aquela época que ela duraria no máximo até 2018. Neste ano de 2019, este ano, houve contratação emergencial (cujo processo foi iniciado em 2018), no valor de R\$ 3,156 milhões para reforço da estrutura provisória.

Senhor Wenceslau, que tipo de emergência é essa, que é conhecida desde 2012? Poderia nos explicar como um problema é conhecido há seis anos e inesperadamente se torna emergencial no final de sua validade conhecida?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Deputado, uma estrutura metálica, é... num meio agressivo, ela tinha que ser, necessariamente, pintada e dura no máximo cinco anos.

Foi feito um milagre, Deputado, porque essa estrutura durou mais por sorte nossa. Aliás, o senhor me pergunta, por que o desespero lá, de não parar a obra, não encerrar o contrato? Porque nós tínhamos que terminar aquilo ali o mais rápido possível, porque as, as peças foram compradas e estavam no canteiro. Nós tínhamos... a nossa agonia era tocar o mais rápido possível, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wenceslau, se o contrato tivesse prosseguido com a Construtora Espaço Aberto, que ficou tocando sozinha a obra após a saída da CSA, a construtora teria conseguido finalizar a obra e entregar a Ponte Hercílio Luz completamente restaurada e reabilitada para a população do Estado de Santa Catarina?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Deputado, sem a CSA ela não faria. É, tinha que estar com a CSA, até pra cumprir as exigências de edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wenceslau, pergunta que eu tenho que lhe fazer, porque é uma pergunta padrão: o senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza de agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado ao procedimento licitatório ou execução dos contratos de reabilitação, restauração e supervisão da Ponte Hercílio Luz?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Não, senhor, em hipótese alguma, senhor. Sempre foi um tratamento muito profissional e cordial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wenceslau, como falamos sobre essa estrutura, esse contrato emergencial que nós falamos há pouco, não parece que simplesmente ignoraram ou esqueceram o problema até ele se tornar emergente? Por que não foi feita uma licitação para essa contratação?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Deputado, nós estamos sempre correndo contra o tempo. Imagina, naquela situação, colocar outra empresa lá dentro. Não havia essas condições, não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Seis anos não era tempo suficiente? [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Não Deputado. Agora... só... te a vida que aconteceu nesses seis anos, Deputado. Teve um ano de atraso das licitações, teve lá no início lá... teve os atrasos lá que a... Deputado, o Deinfra é, é... pra... a, a... solução hoje que a ponte está aqui, tá segura, ela não nasceu assim não, Deputado, ela foi amadurecendo aos poucos e isso levou tempo. Isso desgastou lá o ataque às peças, isso é... foi um prejuízo que a gente teve, evidentemente, mas por quê? Porque a empresa ciente nós estávamos todos com a... nós medimos peça por peça a seção, ali a, a, a, a... a agressividade ali é muito violenta e nós não podíamos... nós rodamos todo o programa e vimos que na transferência de carga, onde que se ia transmitida ali quase 5 mil toneladas, podia estourar uma e aí nós perderíamos toda a nossa obra de arte, jogaríamos tudo fora, taríamos hoje lá catando peças lá, gastando quase os R\$ 300 milhões para tirar a ponte de dentro do canal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wenceslau, de forma objetiva, sim ou não. O senhor acha que seis anos é um tempo suficiente para licitar?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Deputado, acontece que a coisa num, num, num, num teve interregno assim como o senhor tá imaginando. Quando... É... em 2014, dois mil... é... final de 2014, o contrato foi encerrado em 2014, depois em dois mil... nos preparamos isso daí e... o... já a lampa (*sic*) entrou pra terminar os serviços, depois já fizemos outro contrato emergenciais e depois preparamos em 2016 pra, pra contratação (*ininteligível*). Agora, até chegar nesse ponto, Deputado, da transferência de carga, ela completou agora no mês de julho, e olha, e foi corrido, foi corrido, é porque a obra é assim, a obra é difícil, se não já tinha sido feita e é a única obra do mundo que tem nesse aspecto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E qual foi a posição do jurídico do Deinfra quanto à dispensa de licitação?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Foi... não só do Deinfra, mas como também a Procuradoria-Geral do Estado, o grupo gestor, todos foram favoráveis (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k. Muito obrigado.

Presidente, por mim estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, Deputado Sargento Lima, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Senhor Wenceslau...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Teve um determinado momento da conversa que o senhor falou, segura e pronta, que tem diferença entre a ponte estar segura e estar pronta. No entendimento do senhor, hoje...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Só vou concluir a pergunta...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Pois não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – No entendimento do senhor, hoje a ponte está segura?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – E no entendimento do senhor, para ela passar de segura para pronta, com todas as condições favoráveis, eu digo com equipamento, com material, com recursos para concluí-la, qual seria o tempo necessário para passar de segura para pronta?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Deputado, é... eu não estou mais lá na frente da Ponte Hercílio Luz, eu não tenho mais essa competência legal para lhe responder isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Hum, hum.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Mas... se eu puder lhe ajudar, é no seguinte aspecto: semana passada eu estive lá fazendo uma visita na ponte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Correto...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Então, isso... eu gosto, vou lá porque eu gosto de ver o que tá acontecendo

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Hum, hum.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – E... faço um acompanhamento, devagarinho vou lá, faço uma visita, eu falei com o... pessoal da obra, da empresa que está executando eles tão com bastante confiança de entregar a ponte até o final de dezembro. Isso então é extraoficial, eu estou fazendo para auxiliar o senhor da posição que eu tenho hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – De segura para pronta.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Segura foi em julho, Deputado, quando a gente completou que todas a... o que que é a ponte segura? Que todas as barras de olhais entraram em funcionamento, então a ponte não precisa mais daquela estrutura de baixo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Sim.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Ela tá se autossustentando com as barras de olhais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – A minha pergunta ela está relacionada ao seguinte: uma vez que ela foi repassada como segura, como o senhor mesmo admitiu...

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Certo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – E teve prosseguimento dos trabalhos que estavam sendo feitos para deixá-la pronta e na ocasião anterior ela não ficou.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – E o que se leva a crer agora que ela ficaria pronta em dezembro?

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Porque agora só tão botando estrados, se... terminar a pintura e botando as placas gradeadas, onde que não podia trabalhar enquanto tava fazendo a transferência de cargas, porque tinha as torres que sustentavam as barras de olhais, ele não podia trabalhar no estrado da ponte, no vão central...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Sim, mas ela se encontrava segura, como o senhor mesmo disse.

O SR. WENCESLAU JERÔNIMO DIOTALLEVVY – Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Tá o.k..

Era só isso, Presidente. [Transcrição: Camila Letícia de Moraes]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, não havendo mais perguntas a fazer, dou por encerrado o depoimento do senhor Wenceslau Jerônimo Diotallevy.

Solicito à assessoria que o encaminhe à área externa deste ambiente.

Senhores Deputados, também em razão da ausência do depoente da tarde de hoje, que fez justificativa via e-mail, suspendo a reunião que teria às 17h do dia de hoje.

Solicito à assessoria que faça a distribuição do e-mail remetido pelo depoente de hoje.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a reunião de hoje, ficando confirmada a reunião de amanhã, às 11 horas.

Muito obrigado. (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Felipe Pereira Bueno / Revisão e Leitura Final: taquígrafa Siomara G. Videira]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA CPI**

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2254, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CELSO MAURO BEVILACQUA**, matrícula nº 7340, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de novembro de 2019 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2255, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **JUSCELINO JOSE REIS**, matrícula nº 4751, de PL/GAB-92 para o PL/GAB-81 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de novembro de 2019 (Gab Dep Ada Faraco de Luca).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2256, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **ZAIRA FIGUEIREDO SILVESTRE**, matrícula nº 5180, de PL/GAB-82 para o PL/GAB-63 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de novembro de 2019 (Gab Dep Ada Faraco de Luca).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2257, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **ILDOMAR HAACK**, matrícula nº 6720, de PL/GAB-77 para o PL/GAB-84 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de novembro de 2019 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2258, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **KELLIN BORGES**, matrícula nº 6065, de PL/GAB-82 para o PL/GAB-71 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de novembro de 2019 (Gab Dep Ada Faraco de Luca).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2259, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **ISAQUE DE MIRANDA**, matrícula nº 9328, de PL/GAB-76 para o PL/GAB-77, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de novembro de 2019 (Gab Dep Ana Caroline Campagnolo).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2260, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **DAVID ROSSLER AMATO**, matrícula nº 9795, de PL/GAB-73 para o PL/GAB-75 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de novembro de 2019 (Gab Dep Ana Caroline Campagnolo).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2261, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR MARIA ALICE GUEDES PEREGRINO FERREIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-95, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2262, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

PUBLICAR que a servidora **REJANE VARELA**, matrícula nº 7867 designada pela respectiva Deputada, é a responsável pelo Gabinete da Deputada Ana Caroline Campagnolo para fins de convalidação e controle de frequência dos servidores internos e externos.

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2263, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR o servidor **DANIEL ADRIANO MAFRA**, matrícula nº 7275, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerência - Redação, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **MARI ANGELA PAULI CUSTODIO**, matrícula nº 1592, que se encontra em fruição de licença-prêmio, por 30 (trinta dias), a contar de 06 de novembro de 2019 (DL - Coordenadoria de Expediente).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2264, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **MAUREEN PAPALEO KOELZER**, matrícula nº 7243, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Expediente, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER**, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 08 de novembro de 2019 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2265, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 101, de 14 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 1º do Ato da Mesa nº 128, de 27 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor **HIRONILDO PEREIRA FILHO**, matrícula nº 9479, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, por conta da Subação 1138 - Administração de Pessoal e Encargos, e Natureza de Despesa 33.90.14.14 - Diária Civil.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2266, de 12 de novembro de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **ALDO ROBERTO DOS SANTOS**, matrícula nº 9785, de PL/GAB-01 para o PL/GAB-22 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de novembro de 2019 (Gab Dep Laercio Schuster).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————